

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

PAULO SÉRGIO DE SOUZA NASCIMENTO

UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS
DO “PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA”, EM SOURE-MARAJÓ-PARÁ-
BRASIL

BELÉM - PARÁ

2022

Paulo Sérgio de Souza Nascimento

UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS NA QUALIDADE
DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO “PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA”, EM SOURE –
MARAJÓ – PARÁ - BRASIL

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. Raul Ventura Neto

Belém - Pará

2022

Ficha Catalográfica

NASCIMENTO, Paulo Sérgio de Souza

Uma análise dos avanços na qualidade de vida dos beneficiários do “Programa Minha Casa Minha Vida”, em Soure – Marajó – Pará – Brasil

Paulo Sérgio de Souza Nascimento. Belém - Pará: FLACSO/FPA, 2022.

76 folhas f.:76

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2022.

Paulo Sérgio de Souza Nascimento

UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS NA
QUALIDADE DE VIDA DOS
BENEFICIÁRIOS DO “PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA”, EM SOURE
– MARAJÓ – PARÁ – BRASIL.

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em

Professor Dr. Raul Ventura Neto
Orientador FLACSO Brasil/FPA

Professor Dr. Harley Silva
2º membro da banca
Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade do Pará - UFPA

Professora Dra. Luciana Wilm
3º membro da banca
FLACSO Brasil/FPA

Professor Ms. Jússia Carvalho da Silva Ventura
(Suplente)
FLACSO Brasil/ FPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de estudar o mestrado, ele sempre me deu sabedoria e discernimento para prosseguir e não desistir dos meus projetos.

Agradeço aos meus filhos, Paulo Filho, Pietra Fabiam e Paola Mariam que são minha inspiração e energia para seguir, minha companheira Fabíola Nascimento que me ajudou ao longo da nossa trajetória de vida a toda minha família pelo apoio e incentivo e por sempre estar ao meu lado em todos os momentos de minha vida.

Ao meu professor e orientador Raul Ventura que sempre teve paciência e disponibilidade nas orientações.

Aos meus amigos que sempre me ajudaram quando precisei.

RESUMO

Este estudo, que constitui esta dissertação de mestrado, teve como um dos objetivos analisar os impactos na melhoria da qualidade de vida, dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Soure, no Marajó, especificamente, durante a gestão municipal sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação, entre 2013 a 2016. Para efetivar esse empreendimento, a Secretaria Municipal de Habitação fez um planejamento territorial para que a Caixa Econômica tivesse fizesse um orçamento de gasto e promovesse a economia do trabalho. A gestão municipal sempre primou pelo desenvolvimento da cidade e pela melhoria da qualidade de vida dos beneficiados pelas casas do PMCMVR, sendo que o Marajó se constitui como uma das regiões de integração. Além disso, utilizou-se uma metodologia com uma pesquisa de campo com aplicação de questionários, pesquisa bibliográfica documental. Como resultado, a pesquisa concluiu que a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, em Soure, foi bastante significativo, porque ajudou às pessoas que viviam em situação de vulnerabilidade social com baixas condições socioeconômicas.

Palavras chave: Planejamento territorial; Economia do trabalho; Desenvolvimento; Planejamento; Regiões de integração

ABSTRACT

One of the objectives of this study, which constitutes this master's dissertation, was to analyze the impacts on improving the quality of life of the beneficiaries of the Minha Casa Minha Vida Program, in the municipality of Soure, Marajó, specifically, during municipal management under the coordination of Municipal Housing Secretariat, from 2013 to 2016. In order to carry out this project, the Municipal Housing Secretariat carried out a territorial plan so that Caixa Econômica could make an expenditure budget and promote the economy of labor. Municipal management has always excelled in the development of the city and in improving the quality of life of those benefiting from PMCMVR houses, with Marajó being one of the integration regions. In addition, we used a methodology with a field research with application of questionnaires, documental bibliographic research. As a result, the research concluded that the implementation of the Minha Casa Minha Vida Program, in Soure, was quite significant, because it helped people who lived in a situation of social vulnerability with low socioeconomic conditions.

Keywords: Territorial planning; Labor economics; Development; Planning; Integration region

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CDUI- Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

BNH- Banco Nacional de Habitação

PNHR- Programa Nacional de Habitação Rural

COHABs – Companhias Habitacionais

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PTTS – Plano de Trabalho Técnico Social

UH – Unidade Habitacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - A questão habitacional no contexto da cidade capitalista.....	20
1.1. A (Re)produção do Espaço Urbano, a Gestão e o Planejamento Urbano Brasileiro.....	23
CAPÍTULO 2 - Panorama recente sobre a Política Habitacional no Brasil e as características do déficit habitacional no Pará.....	30
CAPÍTULO 3 - O projeto habitacional ‘Minha Casa Minha Vida’, em Soure: impactos na vida do morador e um relato da experiência.....	40
3.1. O perfil do beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMVR), em Soure e os impactos observados.....	41
Considerações finais.....	55
REFERÊNCIAS	
Apêndices	

INTRODUÇÃO

O município de Soure está localizado na costa oriental da Ilha de Marajó nas coordenadas 00°43'00" S e 48°31'24" W, estando a uma altitude de 10 metros do nível do mar e compreende cerca de 3.517.318 km² de extensão territorial. A população local está estimada em 24.488 mil habitantes, correspondendo a uma densidade populacional de aproximadamente 6,54 hab./km², cujo IDHM é de 0,615, de acordo com os dados de 2010 do IBGE.

Soure foi primitivamente, uma aldeia dos índios Muruanazes, onde se estabeleceram alguns missionários, nos tempos coloniais, precisamente nos anos de 1757, quando o então governador e capitão-general Francisco Xavier Mendonça Furtado elevou-a à categoria de vila, dando-lhe autonomia municipal e a denominação portuguesa de Soure (PARÁ, 2017).

Com a chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governar o Estado do Grão Pará e Maranhão, passaram a ser criados novos municípios no interior da Amazônia. Soure se manteve com o título de vila até o ano de 1833, quando seu território foi anexado a vila de Monsarás (na época Município), do qual fez parte até 1859. A categoria de cidade lhe foi atribuída pelo Decreto nº 194, de 19 de setembro de 1890, quando houve a instalação do município de Soure.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é segmentado em 2 distritos: Soure e Monsarás, assim permanecendo até 1937. Pela divisão territorial fixada pelo decreto nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, para o período de 1944-1948, o município de Soure era composto de quatro distritos: Soure, Condeixa, Joanes e Salvaterra. Contudo, com o desmembramento de Soure para construir o município de Salvaterra (Lei nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961), Condeixa e Joanes passaram a ser distritos de Salvaterra e, atualmente, Soure é constituído somente pelo distrito-sede (PARÁ, 2017, p. 9).

Atualmente limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e com o município de Chaves, ao Sul com o município de Salvaterra e à Oeste com o Município de Cachoeira do Arari. Em geral o município predomina uma área com terreno plano e firme, com predominância de matas de restingas, planícies periodicamente alagadas e áreas campestres. Por estar próximo ao Oceano Atlântico e ao nível do mar, o clima predominante em Soure é o quente úmido (média 27° C).

Em decorrência do aumento do fluxo de migração da zona rural para a área urbana do município na última década, atualmente Soure possui uma população predominantemente urbana, restando apenas cerca de 8% da população residente domiciliada na área rural, o que representa aproximadamente 2 mil pessoas. Este cenário de urbanização no município, acarretou diversas dificuldades no decorrer de sua formação, dos quais a falta de condições à moradia digna é de extrema relevância.

Cabe ressaltar, portanto, que de acordo com os parâmetros legais tem-se buscado fundamentar o conceito de moradia digna, o qual estar “relacionado com a pessoa, com os direitos da personalidade e tem sua fundamentação na garantia da dignidade humana” (SPINICCI; VIOLIN, 2018, p. 3). Conforme aponta estes autores trata-se de um direito mais amplo que a simples habitação, pois exige a consideração de um feixe de direitos, como a privacidade, a intimidade, a vida, a dignidade e o meio ambiente.

Sobre o assunto diversos tratados estão no rol histórico internacional do direito à moradia, o que inclui o Brasil como signatário que asseguram este direito fundamental, com destaque para a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) que trouxe expressamente, pela primeira vez, a condição de direitos humanos e fundamentais dos chamados direitos econômicos, sociais e culturais, entre os quais se encontra o direito à moradia, conceituando da seguinte forma: “ela deve oferecer segurança, habitabilidade, acessibilidade, infraestrutura e disponibilidade de serviços, entre outros requisitos” (SPINICCI; VIOLIN, 2018, p. 5).

Contudo, os estudos de dados a respeito do déficit habitacional no território nacional demonstram que são essenciais para adequada compreensão da falta de efetividade do direito à moradia no Brasil. Nesse sentido, o contexto de precariedade habitacional, especialmente no município de Soure, possui ainda um déficit habitacional corresponde a 26% do total de domicílios, cuja carência de infraestrutura chegou a 48% no ano de 2010, conforme apontam os dados do PLHIS de 2013, sendo que essa carência de infraestrutura encontra-se entre as áreas de vulnerabilidade e risco/loteamentos clandestinos (SOURE, 2013). Considera-se que o município de Soure possuiu um déficit habitacional que abrange aproximadamente 2.000 (duas mil) famílias, que não tinham acesso à moradia e/ou vivem em situação precária, justificando assim, a necessidade de projetos habitacionais de interesse social voltado a atender a demanda dessa população.

Para amenizar esse quadro, em 2013, foi criada a Secretaria Municipal de Habitação de Soure, o que permitiu através de programas habitacionais e parcerias entre os governos Estadual e Federal viabilizar construções, reformas e ampliações de residências e melhorias sanitárias famílias que se encontravam em situação social e economicamente vulneráveis.

Contudo, grande parte das obras habitacionais no município iniciaram antes da criação da Secretaria de Habitação, no ano de 2009, na então Assessoria de Planejamento e Gestão Municipal vinculada ao Gabinete do Prefeito. Desde então, no período entre 2009 e 2016, o município de Soure implementou várias ações as quais beneficiaram dezenas de famílias com unidades habitacionais, realizadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida distribuídas entre as rurais e urbanas do município.

Durante a execução dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre os anos de 2009 a 2016, a assessoria de planejamento e depois a Secretaria Municipal de Habitação de Soure buscaram enfrentar as necessidades habitacionais do município fortalecendo os instrumentos da política pública e da gestão democrática. Neste sentido, a finalidade foi estabelecer, de acordo com as diretrizes do plano diretor do município, programas destinados a facilitar o acesso da população de baixa renda à habitação, à melhoria da moradia e das condições de habitabilidade. Além disso, teve como objetivo promover programas de habitação popular em articulação com órgãos federais, regionais e estaduais, bem como com organizações sociais.

O Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, foi aprovado pela Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho 2009, e pelo Decreto nº 6962, de 17 de setembro de 2009. O PMCMV se estruturou operacionalmente a partir das modalidades de subprogramas (PNHU, PNHR, MCMV Entidades, MCMV abaixo de 50.000) e pelas faixas de renda. Além disso, O programa Minha Casa Minha Vida tinha estabelecido entre as suas metas básicas produzir 40% das unidades para atender ao déficit habitacional nas faixas de mais baixa renda, até 3 Salários Mínimos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p.14). Segundo os autores ao analisarem os efeitos nos territórios brasileiros apontam que, no caso do Pará, na Região Metropolitana de Belém cerca de 30% dos empreendimentos foram direcionados para a faixa 0-3 SM e que no estado do Pará o programa atingiu municípios que nunca tinham recebido

políticas habitacionais, o que de fato é positivo. Mas, por outro lado, para a produção habitacional o que foi produzido representa apenas 0,5% do déficit.

Com relação aos projetos habitacionais incluídos no PMCMV realizados em Soure¹, o programa de habitação realizado no município trabalha mais que a construção de uma unidade habitacional (UH), pois promove um acompanhamento socioambiental, com discussões, reuniões e palestras sobre questões voltadas à moradia, autoestima, conservação da propriedade e saúde, de modo que haja uma maior participação ativa da família beneficiária. É possível citar, também, o plano de trabalho técnico social (PTTS) apresentado para caixa econômica federal oriundo das instituições executoras, que contempla uma proposta para melhorar a realidade dessas famílias e amenizar as problemáticas evidenciadas pela equipe técnica.

Esta Dissertação de Mestrado tem como objetivo analisar, com base nas diretrizes estabelecidas no plano local habitacional de interesse social (PLHIS) do município de Soure, em que medida os empreendimentos executados pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no município contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Além disso, os objetivos específicos definidos foram investigar a evolução urbana da cidade de Soure, destacando a origem dos principais problemas urbanos do município; analisar de que forma o plano local de habitação de interesse social (PLHIS) pretende atuar sobre a questão habitacional do município, com destaque para os empreendimentos construídos pelo Programa Nacional de Habitacional Rural (PNHR); aplicar metodologia de Avaliação Pós-Ocupação em um empreendimento

¹ Além do viés acadêmico, este trabalho também se constitui como relato de experiência pessoal enquanto estive como secretário municipal de habitação de Soure, entre os anos de 2013 a 2016. Nesse período posso dizer que trabalhei incansavelmente para buscar melhorias e qualidade de vida para a população de Soure. Ressalta-se que o interesse pela temática da “Habitação de Interesse social” decorre dessa experiência, da qual resultou o prêmio de gestão democrática e participativa no ano de 2014 pela ABC Associação Brasileira de COHABs. Além disso, o acompanhamento de todas as etapas dos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida, Urbano e Rural, teve como fruto a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, foi um momento muito importante e um marco na política habitacional do município, possibilitando que famílias sem perspectivas de comprar uma casa conseguissem ter acesso a moradia adequada, uma vez que implantou-se cerca de 400 unidades habitacionais dos projetos Minha Casa Minha vida rural e urbano, cheque moradia e casas do INCRA. Por isso, busquei parcerias com a Caixa Econômica Federal e com o Governo Federal para que houve a oferta de casas pelo programa habitacional ‘Minha Casa Minha Vida’. Minha gestão á frente da Secretaria de Habitação teve como um dos objetivos desenvolver projetos habitacionais que proporcionassem a melhoria das moradias e dessem dignidade ao povo sourense. Considerando que muitas famílias moravam em casas de barro, a gestão municipal procurou parcerias com o Governo Federal a fim de conseguir a implementação do projeto Minha Casa Minha Vida Rural, e assim realizar o sonho de muitas famílias em baixas condições econômicas.

selecionado para estudo de caso, buscando construir identificar melhorias na qualidade de vida dos beneficiários dos empreendimentos analisados, conforme exposto nos capítulos a seguir.

É importante ressaltar que a metodologia foi definida da seguinte maneira: fez-se uma pesquisa bibliográfica para fundamentar a discussão teórica que respalda a estrutura desde trabalho acadêmico. Vale considerar que também foi realizada uma pesquisa de campo para coletar dados a fim de analisar, à luz do referencial teórico adotado, as respostas obtidas a fim de relacionar com pressuposições discutidas ao longo da pesquisa. Em seguida, começou-se a leitura das teorias com a finalidade de fazer a análise dos dados coletados do corpus da pesquisa.

Vale enfatizar que, o referencial teórico-metodológico da pesquisa está alicerçado prioritariamente em estudos desenvolvidos por Engels (2010), Lefebvre (2001), Sposito (2012). Num esforço de recuperar o marco teórico do objeto, permitindo a discussão de conceitos chaves no campo da habitação social, considerado fenômeno social como produto da sociedade de classes.

Em vista disso, as categorias que ora apresenta-se são categorias fundamentais que emanam do tema sobre o qual investigou-se. Baseados nas teorias marxistas destacam-se, portanto, categorias de análise tais como: campo-cidade, produção capitalista, espoliação urbana, exclusão social, segregação, contradições urbanas, lutas sociais, propriedade privada, terra, Estado, habitação/moradia, classes sociais, cidadania, espaço urbano, questão habitacional.

Neste sentido, o ciclo investigativo foi estruturado nas seguintes fases: i) fase exploratória e de elaboração do processo de investigação; ii) fase de coleta de dados diretos e indiretos; iii) fase de Tratamento dos dados - organização, representação, análise e interpretação dos dados; iv) fase de sistematização do relatório e socialização do processo e resultados.

Delimitou-se como instrumental técnico – empírico, a pesquisa de natureza qualitativa para a investigação, a qual conforme Richardson (2015, p. 79-80), aponta que o método qualitativo difere do quantitativo, no sentido de que não se emprega um "instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema". Dessa forma, o autor diz que a forma como se pretende analisar um problema, ou o enfoque adotado é que exige uma metodologia adequada. Nesse viés, a abordagem qualitativa de um problema pode ser uma forma adequada para entender a natureza de um

fenômeno social. O qual se pretende “descrever a complexidade de determinado problema”, o qual permite analisar a interação de certas variáveis e compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, e contribuir no processo de mudança de determinado grupo em maior profundidade (RICHARDSON, 2015).

Partindo desse pressuposto, delimitou-se o ciclo de pesquisa da seguinte forma:

Pesquisa Bibliográfica – a qual buscou-se levantar nas literaturas sobre políticas habitacionais, gestões urbanas, planejamento urbano, avaliações e análises de políticas sociais, reprodução do espaço urbano, respaldo conceitual e categoriais que desponham relevância para realização do debate a despeito do objeto em questão, mediante abordagens de literatura clássica e contemporânea, no âmbito das discussões globais e locais para aprofundamento da temática de habitação social e análises políticas habitacionais.

Pesquisa Documental – objetivou-se por meio desta maior apreensão dos Planos Nacionais, estaduais, municipais sobre a implementação da Política de Habitação Brasileira, além, das outras regulamentações e leis que complementam a pesquisa. Dessa maneira salienta-se que:

Um conjunto de técnicas e instrumentos de pesquisa são utilizados pelos profissionais para a realização de análises e processos interventivos, entre os quais o estudo de documentos. Os documentos expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância, como por exemplo avaliações de políticas e programas sociais (PRATES e PRATES, 2009, p. 114-115).

A pesquisa possui uma abordagem descritiva, dada a definição pelo método qualitativo de análise do problema de pesquisa proposto. Apóia-se sobre sua estrutura organizacional, por meio de dados primários e secundários – artigos, monografias, dissertações, teses já publicadas sobre a Política Habitacional e Gestão e planejamento urbano.

Sobre os procedimentos e técnicas, definiu-se como Técnicas de Investigação a serem recursos para apuração dos dados: a) Análise de Conteúdo: tendo as Entrevistas Semiestruturadas para coleta de dados, direcionadas aos sujeitos da pesquisa; b) Análise Documental: documentos oficiais da política de habitação de interesse social entre outros de igual importância.

Na Análise Documental reportar-se à compreensão da autora ao exemplificar que:

Além de explicitarmos o tipo de fontes das quais vamos nos valer, o tipo de documentos, e os critérios que vamos utilizar para selecioná-los, devemos mencionar a utilização de roteiros de análise, ou das categorias teóricas que nos auxiliarão na avaliação dos conteúdos a serem destacados das fontes para a posterior realização de inferências (PRATES, 2010, p.17).

Assim, Prates e Prates (2009, p.116-117) expõe que “a análise documental, uma técnica de pesquisa, é reduzida à revisão bibliográfica, necessária a qualquer procedimento investigativo, não se constituindo, nestes casos, como uma estratégia específica de coleta ou análise”.

Destacando-se que “as coletas do tipo qualitativo, que demandam análises dessa ordem, são sempre transformadas em documentos, sejam eles escritos ou visuais” e por isso a necessidades de análise separados, análise de conteúdo e análise documental. Mesmo porque os processos de análise pressupõem-se de que são: “Orientados pelas categorias analíticas que emanam do método (teóricas do método) e do tema em estudo (explicativas da realidade) que poderão ser complementadas por categorias empíricas (aquelas que surgem da expressão dos sujeitos ou dos documentos)” (PRATES e PRATES, 2009, p. 117).

Sobre os instrumentos, foram utilizados o formulário de entrevistas como principal instrumental, para complementar, outro instrumento adotado será o roteiro de análise.

Pesquisa Empírica (campo) - Quanto à natureza dos dados e identificação das fontes realizou-se a pesquisa de campo no município de Soure, junto aos beneficiários dos programas habitacionais de interesse social, especificamente unidades habitacionais (UH) entregues pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), executado pela *Associação Agroextrativista - PAE e Associação Habitação Natureza e Arte* (NATURART), esta do Município de Barcarena. A primeira ficou responsável pelo empreendimento denominado Tucumanduba II com 50 unidades contratadas, já a segunda executou e desenvolveu ações do Programa Nacional de Habitação Rural- PNHR, com 39 UH construídas, sendo as Entidades Organizadoras responsáveis pelos empreendimento junto à Caixa Econômica Federal.

Os projetos referentes ao Tucumanduba I, com 39 unidades habitacionais, e o Tucumanduba II, com 50 unidades habitacionais, entregues pela Secretaria Municipal de Habitação de Soure - SEHAB, foram os projetos escolhidos como lócus da

pesquisa. A viabilidade/aproximação da pesquisa neste local se deu em decorrência de vínculos estreitos com a comunidade, além da experiência profissional na política habitacional junto à Secretaria Municipal de Habitação do município.

Para esse momento utilizou-se os dados amostrais do empreendimento Tucumanduba I e Tucumanduba II entregues aos moradores de Soure residentes no bairro de mesmo nome. A proposta inicial foi alcançar 20% desses domicílios, o que corresponde 18 casas, aplicando entrevista e questionários àqueles que aceitarem a participar da pesquisa, no intuito de identificar a satisfação ou não dos moradores para com o projeto habitacional.

Os critérios de seleção da amostra ocorreram da seguinte forma, respaldando-se nas análises de Bourguignon (2008, p. 308), o qual sintetiza que para o desencadeamento da proposta da pesquisa “exige que o pesquisador selecione um sujeito que tenha uma vivência profunda sobre a problemática a ser trabalhada, que realmente os depoimentos e informações decorram da vivência do sujeito”.

Os indicadores subjetivos da qualidade de vida passaram a ser investigados com maior frequência e desempenham papel importante na formulação de políticas e planejamento urbano, em que verifica-se o atendimento as necessidades materiais básicas para sobrevivência humana, tais indicadores são construídos a partir de vários elementos como impressões, opiniões e avaliações sobre as diferentes dimensões do ambiente sócio-espacial da população, “abordando a satisfação quanto ao domicílio, as facilidades existentes no bairro e às economias e deseconomias da vida no município, das condições materiais às aspirações pessoais” (JANNUZZI, 2017, p. 112).

Neste aspecto, a pesquisa objetivando responder em que aspectos socioeconômicos as famílias estão sendo impactadas pós-ocupação, utilizou-se indicadores como trabalho e renda, condições de vida, situação da moradia, situação dos serviços públicos e percepção do morador a qualidade de vida dos moradores, bem como a realidade econômica e social dos participantes da pesquisa.

Além disso, à análise e sistematização dos dados foi elaborado de 1 roteiro de análise documental; 1 roteiro para análise das entrevistas (categorias empíricas e emergentes); e a demais para análise de conteúdo.

Do mesmo modo, para consecução das entrevistas foram agendadas, com horários e locais marcados conforme a disponibilidade dos entrevistados. Na

realização de cada entrevista foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a solicitação para o uso do gravador. Após essa fase de coleta dos dados, ao término das entrevistas o material será armazenado para transcrição fidedigna de cada fala dos sujeitos da pesquisa e transcrita no sistema operacional Word 2010.

De acordo com Minayo (2012, p. 69), a fala é a matéria prima na coleta de dados, tornando-se importante para compreensão do estudo, e por isso, no processo de transcrição, a digitalização das respostas para apreensão e registro das percepções, expectativas, contradições, o registro das entrevistas deve ser de modo fidedigno, ao “pé da letra” das entrevistas, como salientado, por Minayo (2012) as entrevistas serão dessa maneira sistematizada de modo bem criterioso.

Dessa forma, Prates (2010), também indica que:

O registro das informações deve ser tratado com cuidado e atenção: as respostas precisam ser anotadas no momento da entrevista, caso não seja gravada, com as mesmas palavras que o entrevistado usar, evitando-se resumi-las para maior fidelidade e veracidade das informações. Por outro lado, o uso do gravador não suprime a necessidade de o pesquisador efetivar seus registros, observações, impressões, sentimentos (PRATES, 2010, p. 23).

Enquanto a etapa de organização, considera-se “o momento em que serão agrupados, registrados em planilhas, transcritos e sistematizados em grades de análise”, com a organização dos dados coletados definiu-se que os modos de representação de alguns dados qualitativos, que podem ser representados graficamente (PRATES, 2010).

Posteriormente, na fase de análise, as inferências da pesquisa consistirão nas análises extraídas dos roteiros de análises das técnicas supracitadas.

Para socialização da pesquisa, que está em consonância com a perspectiva crítico dialético, requer:

1) Socializar “a devolução dos dados, não só enquanto resultados, mas também a avaliação do processo, pois a problematização em si, já se constitui em estratégia interventiva, na medida em que pode propiciar o desenvolvimento de processos sociais”.

2) Pode-se, ainda, “socializamos processos e resultados não só a partir do contato direto com os entrevistados em reuniões ou seminários, que se constituem em uma das formas de devolução, mas também através da publicação de nossas

produções” e de acordo com autora mediante “apresentações em congressos, encontros, eventos científicos de diversas ordens”.

3) Compreende-se que “não basta conhecê-las, precisamos explicitar o que queremos conhecer e para que conhecer. Queremos desvendar para dar visibilidade, para subsidiar estratégias ou políticas, para contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, para desmistificar estigmas, enfim, desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações. Nos parece ser esta também uma questão de método” (PRATES, 2010, p. 2-4).

Portanto, esta foi a metodologia utilizada para a construção desta Dissertação Mestrado em Políticas Públicas Habitacionais.

1. A QUESTÃO HABITACIONAL NO CONTEXTO DA CIDADE CAPITALISTA

Segundo as observações e estudos de Engels (2010), sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, no século XIX, o autor revela a dinâmica da sociedade moderna tendo como marco o processo de industrialização nas grandes cidades, em que se opera a produção da vida material da sociedade, sendo de fundamental importância para apreensão do contexto histórico que tal dinâmica impõe para condições de moradia dos trabalhadores industriais.

Dessa forma, Engels (2010, p. 77), descreve como os bairros pobres de Dublin a época eram enormes, além disso, “a sujeira, a inabitabilidade das casas e o mau estado das ruas vão além da imaginação. Pode-se fazer uma ideia de como se amontoam os pobres” (...). Conforme analisa o autor os pobres vivem em condições de extrema precariedade, em que as circunstâncias em que vivem os trabalhadores se contrasta com os bairros luxuosos da aristocracia da época.

Engels (2010), evidencia que durante o processo de expansão da indústria na Inglaterra as condições inabitáveis dos pobres e proletários eram de extrema pobreza dada a estrutura urbana precária, “outros bairros densamente habitados estão desprovidos de rede de esgoto, e esta, quando existe, é insuficiente” (ENGELS, 2010, p. 83). Conforme o autor aborda essa problemática habitacional ainda se faz presente nos dias atuais, com ausência de moradia e das precárias condições de moradia e vida dos pobres na sociedade capitalista, formas impensáveis de se sobreviver, pois conforme analisa Engels,

a situação das casas e de seus habitantes faz parte de um sistema mais nefasto e moralmente degradante de alojar trabalhadores. O operário é constrangido a viver nessas casas já arruinadas porque não pode pagar o aluguel de outras em melhor estado, porque não existem moradias menos ruins na vizinhança das fábricas ou porque, ainda, elas pertencem ao industrial e este só emprega os que aceitam habitá-las (ENGELS, 2010, p. 101, grifo nosso).

Nesse sentido, a resolutividade da problemática habitacional à época transcende as alternativas burguesas de solução, somente pela superação de uma sociedade de classes é possível, conforme o mesmo autor discute enfaticamente:

Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. — Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; é o aumento colossal dos alugueres, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa

e, para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento. E esta falta de habitação só dá tanto que falar porque não se limita à classe operária, mas também atingiu a pequena burguesia (ENGELS, 2010, p. 87).

Nesse sentido, acrescenta-se que “a falta de habitação dos operários e de uma parte dos pequenos burgueses das nossas modernas grandes cidades é um dos inúmeros males menores, secundários, que resultam do modo de produção capitalista de hoje” (ENGELS, 2010, p. 87). Segundo o autor a falta de habitação não é, de forma nenhuma, uma consequência direta da exploração do operário, como operário, pelo capitalista. Esta exploração é o mal fundamental que a revolução social quer abolir na medida em que abole o modo de produção capitalista. Mas a pedra angular do modo de produção capitalista é o facto de a nossa ordem social atual colocar o capitalista na situação de comprar a força de trabalho do operário pelo seu valor, mas de lucrar com ela muito mais do que o seu valor, na medida em que faz o operário trabalhar mais tempo do que é preciso para a reprodução do preço pago pela força de trabalho (grifos nossos).

Assim, Lefebvre (2001), retomando o pensamento Marxiano, busca compreender na história respostas do objeto, sujeito, sistema, e das relações sociais engendradas por cada contexto histórico, sua análise consiste que - a produção é um ponto a se questionar mais, pois o produzir representa que, para além das relações de produção, ela pode se constituir, tanto de maneira objetiva, quanto subjetivamente, cabendo-nos entender a sua ideia: o consumo e o consumidor, as necessidades e as satisfações, bem como as trocas e as relações de trocas que se vincula nesse processo (LEFEBVRE, 2001).

Dessa maneira, Lefebvre salienta que a terra, o campo, a cidade, e a indústria são fundamentais à compreensão das transformações em relação à produção, e as relações de produção dadas, bem como os modos de produção que se desenvolveram e se superaram. Por isso ele nos diz que o laboratório que seria a terra, passa a ser a cidade.

Pela relação “cidade-campo” vem a se constitui uma mudança permanente as mudanças na sociedade. Com isso, explica-se que a transformação da natureza, e a da terra dá lugar a um novo ambiente que é a cidade, a partir dela e de sua relação com o campo, manifestam-se as mudanças no modo de produção. Na cidade, os modos de produção vão sendo substituídos por outros, fazendo da cidade, que substitui a terra no processo vim a ser o laboratório citado por Marx, e sendo a cidade,

portanto que veicula as forças produtivas. Ainda, o autor exemplifica que a cidade passa a ser o lugar principal de transformação, assim as especificidades de cada sociedade, mostram as características específicas ao longo da história (LEFEBVRE, 2001).

Para tanto, apreender o processo de acumulação de riqueza, e sua expansão, Lefebvre indica outro objeto de estudo, que é a cidade, sua gênese, e a transição que ocorre entre campo-cidade, em diferentes países. Contudo, sua análise veicula-se na cidade capitalista, e no modo de produção capitalista, desempenhando na cidade o processo de acumulação capitalista. Que por intermédio da concentração do capital no processo econômico vão subordinam-se as forças produtivas transformando enfim capitalismo.

Neste prisma vale ressaltar que a percepção sobre campo-cidade busca enfatiza a relação social que há entre estas, ressaltando-se seu caráter conflitual em transformação. Em que o caráter contraditório dessa relação esclarece tal desenvolvimento, que se inicia com a origem burguesa, e alcança as contradições de classes, que surgem dessa ascensão da burguesia no contexto urbano (LEFEBVRE, 2001).

Além disso, o autor enfatiza que entender o processo de urbanização alcançando o campo tem objetivo evidenciar o momento histórico de tal processo, e seu rebatimento nas situações de vida, de forma objetivas e subjetivas que envolvem o modo de produção atual, a época ainda em desenvolvimento (LEFEBVRE, 2001).

Destaca-se, ainda, os argumentos de Spósito (2012, p. 66) sobre sua análise que chama a atenção para a homogeneidade das construções habitacionais que no âmbito das necessidades produz em grande escala: “Hoje, quando olhamos para a periferia das cidades brasileiras (as de 5 mil ou as de 5 milhões de habitantes) deparamo-nos com a repetição dos grandes conjuntos habitacionais, que as COHABs da vida produzem em série”, compara-se, nesse sentido com “mesmo jeito que a Brahma faz cervejas. As soluções são consumidas em larga escala, apesar de condições históricas muitas vezes diferentes. Que cidade brasileira hoje não quer se orgulhar de possuir um calçadão?”

Para autora, ao analisar o processo de urbanização aborda que “de novo os problemas urbanos”, os quais concentram “ritmos acentuados de crescimento populacional urbano e a superconcentração de capital nacional e internacional nas

metrópoles para a criação da infraestrutura necessária à reprodução capitalista”, “promoveram um aumento crescente de população não empregada que se aloja, e não habita nos maiores centros urbanos. Este processo de inchaço, manifesta-se numa série de problemas urbanos” (SPOSITO, 2012, p. 69, grifos da autora).

Discute-se que com o desenvolvimento do capitalismo industrial que repercute sobre o espaço, os impactos nas cidades geram “problemas que nós entendemos como problemas no urbano, por considerarmos que não são causados pela cidade, mas que decorrem da forma como o modo de produção capitalista se desenvolveu”. Aborda-se que a “segunda metade do século XX é marcada por uma urbanização acelerada nos países de economia dependente, e suas cidades manifestam todo tipo de problemas, relacionados ao inchaço populacional que vivem” (SPOSITO, 2012, p. 70).

1.1. A (Re)produção do Espaço Urbano, a Gestão e o Planejamento Urbano Brasileiro

As análises de Lefebvre (2001) indicam que a sociedade não pode restringir-se à ideia de produção dos economistas, pois, esta produção é dada ao objetivo do consumo, e se manifesta na relação entre as forças produtivas, dos modos de troca, bem como na distribuição. Assim, afirma-se que as relações sociais, em especial a cultura, é uma forma de produzir. Por essa análise Lefebvrina evidencia-se que a base econômica é a responsável no comando das relações sociais, e da produção existente, por isso é necessário à apreensão das contradições presentes nesta sociedade que mascara a realidade.

Segundo Sposito (2012), para entendermos “a cidade de hoje”, e a apreendermos é necessário buscarmos quais processos que dão conformação à complexidade de sua organização, e bem como que explicam “a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória” (SPOSITO, 2012, p. 11). Elucida-se, assim a importância de que,

Entendermos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (SPOSITO, 2012, p. 11)

Pode-se destacar disto o papel do processo de urbanização no desenvolvimento do capitalismo, de forma ampla e diversificada das cidades. Como se explicita a despeito das “transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização”. Dessa forma, concorda-se com abordagem de que a “cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo” (SPOSITO, 2012, p. 30).

De certo, Sposito (2012, p. 50) assevera que as cidades são formas espaciais produzidas socialmente, que mudam efetivamente, e recebem reflexos e dão sustentação a essas transformações estruturais ao nível do modo de produção capitalista.

De acordo com Corrêa (1989, p. 10), o espaço urbano é uma grande cidade capitalista constituindo-se em um conjunto de diversos usos da terra na forma organização espacial da cidade. Que no capitalismo uma forma menos visível das relações espaciais, manifesta-se expressadas na circulação de decisões e investimentos de capital, mais valia, salários, juros, rendas, envolvendo poder e a ideologia.

Nesse sentido, acrescenta-se que o espaço urbano, constitui-se por diferentes usos da terra. Coexistindo-se várias formas espaciais na produção e venda de mercadorias, prestação de serviços diversos ou uma função simbólica, demandando funções urbanas pelo movimento da própria sociedade, as quais produzem formas espaciais, que são socialmente produzidas por agentes sociais concretos (CORRÊA, 1989).

Nessa lógica criticamente Sposito (2012, p. 66) afirma que “o capitalismo precisa de uma concentração do poder político, e cria condições para a formação de uma tecnocracia, apoiada na “competência” dos especialistas”, dessa maneira age por intermédio de um “nível das cidades produz uma planificação urbana sem particularismos — os programas nacionais”. E que este nível urbano impõe certa diferenciação que se “concretiza em áreas residenciais diversificadas em termos de padrão habitacional, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos”.

Dessa forma, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes; sendo,

pois, ele fragmentado e articulado, por isso ele reflexo do presente e do passado que deixaram marcas impressas nestas "novas" formas espaciais.

Assim, o espaço urbano fragmentado e articulado, também reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. A cidade é, pois, o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Destaca-se que o espaço urbano capitalista dado - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas sendo produto social, resultado de ações acumuladas mediante do tempo engendradas por agentes sociais (CORRÊA, 1989).

Por conta disso, a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que varia de novas áreas ao espaço urbano, quais sejam: densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1989).

Além disso, outra análise nos indica tais complexidades vividas nessa lógica urbana, cuja

a cidade que se fragmenta através das práticas espaciais e das representações que são feitas em relação a ela, não mais existe, senão como resíduo que o morador-usador-cidadão busca recuperar, quando rejeita os rótulos de simples habitante-usuário-consumidor. É essa forma urbana que se impõe, trazendo consigo um modo de vida e uma nova urbanidade, que pressupõe a existência da cidade dispersa, repleta de contradições e que comporta práticas e representações necessárias à sua existência (TRINDADE JR, 1999, p. 17).

Corrêa (1989) assinala que a desigualdade sócio-espacial também não desaparece, uma vez que o equilíbrio social e a organização espacial não passam de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia. De acordo com o autor, a ação desses agentes: os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluído são pautadas no marco jurídico que os regula, evidenciando algumas ações concretas no processo de fazer e refazer a cidade dentre eles: o interesse dominante de um dos agentes; principalmente aos três primeiros agentes por possuírem divergências e pontos comuns, contudo servem ao propósito dominante da sociedade capitalista, reprodutora das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe.

Na atualidade do capitalismo os grandes capitais, industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, grandes corporações, que concentram atividades, para comprar, especular, financiar, administrar e produzir o espaço urbano; e as estratégias dos agentes, adotam, variam no tempo e no espaço, várias causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital desses agentes em face do movimento de acumulação capitalista e dos conflitos de classe (CORRÊA, 1989).

Para Souza (2007, p. 102), a produção social traduz-se no processo histórico de ocupação e de estruturação de cada local e ambiente, em que a trajetória e representações são fundamentais na construção de uma racionalidade cotidiana em cada grupo de indivíduos.

Dessa maneira, o autor interpreta que o espaço urbano se caracteriza pela ação contínua do poder público, que impõe uma racionalidade global de mercado, por meio da (re)estruturação do cotidiano previamente estabelecido. Com isso, instaura-se sistemas de objetos e de ações oriundos de realidades sociais e espaciais distintas, no caso da Amazônia. Em que não apenas a modificam a paisagem das cidades, mas também os impõe outro estilo de vida, de modo estranho, burocrático, competitivo e individualista ao morador (SOUZA, 2007).

Sobre a concepção de desenvolvimento e instrumentos democráticos quando a tratasse da realidade de uma cidade a participação dos moradores atingidos, para o desenvolvimento local-urbano extrai uma nova configuração espacial concreta. Para o autor existem casos de participação se efetivam apenas na fase inicial do projeto, a fase de implementação, em que se caracteriza neste modelo, a participação de forma contemplativa da sociedade, sendo, pois conveniente para legitimar a administração municipal. Analisa-se que o espaço urbano se torna uma mercadoria que utiliza constantes inovações infra-estruturais e uma consistente política de propaganda, com interesse de atrair velhos e novos consumidores (SOUZA, 2007).

De acordo com (Cardoso et al., 2006, p. 144), existem evidências iniciais de modificações na estrutura social do Estado mostrando que a introdução dos projetos minerais e energético fortaleceu a posição de entreposto de serviços e a concentração de população de renda em Belém, uma vez que a cidade não recebeu investimentos para viabilizar a sua inserção na dinâmica do capital internacional na região.

Ultramari e Rezende (2006, p.21) destacam três fases na perspectiva da gestão pública brasileira na Ação Administrativa: tendo década de 70 como a primeira fase em que a disponibilidade dos recursos repassados aos municípios e as suas capacidades técnicas e gerenciais os obrigavam a uma simples posição operativa e reduzida. A segunda fase – na década de 80 que objetiva: “gerir a cidade com interesses de desenvolvimento, e a Ação Administrativa passa a ser uma Gestão Urbana, na qual se ampliam as competências do agora “gestor” urbano”, que os autores destacam que “devido não apenas à redução na capacidade de inversão por parte do Estado, mas igualmente devido ao incremento das complexidades observadas no espaço urbano” vislumbrando-se assim novas alternativas.

Ultramari e Rezende (2006) enfatizam que novamente na década de 90, o modo de entender a cidade por parte do poder público e das agências que lhe dão suporte financeiro mais uma vez é alterado, sem poder deixar de responder aos compromissos dos períodos anteriores, mas sempre acrescentando novos incrementos a gestão urbana, em que se definia por uma Gestão Ambiental Urbana compreendida como a terceira fase, pauta-se a questão ambiental como central à gestão das cidades no contexto de agudização de crises. Nesses termos, reitera-se que:

o administrador urbano deixa, pois, de ser um prestador de serviços e passa a ser um agente de desenvolvimento da cidade. Assim, a complexidade urbana anunciada na teoria das cidades parece agora ser assimilada pela gestão de fato desses espaços, constituindo, sem dúvida, um avanço significativo no sentido da atuação sobre o espaço administrado (ULTRAMARI e RESENDE, 2006, p. 21).

Discute-se ainda, que os tipos de problemas ambientais urbanos, ao se evidenciarem, provocaram “uma crítica implícita ao papel do Estado, tradicional provedor de infra-estruturas e serviços urbanos”. Com isso, tais “críticas dirigidas à capacidade de gerência urbana realizada pelo Estado são então expressas mais ostensivamente, chegando-se a propor sua revisão ou mesmo substituição” desta gestão pública (ULTRAMARI e RESENDE, 2006, p. 22).

Partindo desses pressupostos, outras contribuições acerca do assunto expõem ponderações válidas. Avalia-se como interessante a transversalidade existente entre algumas secretarias, dentre elas, a Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA. Embora, concordam que o esforço dos técnicos em “dialogar”, trata-se de uma

aberração organizacional brasileira a separação de temas extremamente correlatos, como recursos hídricos e saneamento, em Ministérios diferentes (grifos do autor) (MASCARELLI e KLEIMAN, 2017).

Nessa lógica, pontuam que o Ministério das cidades “representa um esforço institucional intersetorial jamais realizado em território nacional”. Cabe compreender a sua atuação mediante a intersetorialidade “entre suas secretarias, da forma como ele estabelece pontes com outros ministérios e de sua atuação em entes federativos estaduais e municipais”. Mas, verificaram algumas lacunas “na articulação da escala estadual com as demais, assim como uma fraca participação do ente estadual nos financiamentos disponibilizados pelo Ministério das Cidades” (MASCARELLI e KLEIMAN, 2017).

Deste modo, outro autor demonstra questões importantes neste debate, conforme aponta o trecho a seguir:

Se a forma e os instrumentos de planejamento e gestão urbanos em muito mudaram – como atestam as leis, o perfil e a nova configuração do planejamento urbano no Brasil pós-Constituição de 1988, pós-Estatuto da Cidade e pós-Estatuto da Metrópole –, as condições de vida e de produção do espaço urbano nessa Grande Belém que é, ainda, a maior metrópole da Amazônia, parece que pouco avançaram; pelo contrário, em muito têm se agravado (TRINDADE JR, 2018, p.).

Para isso, resgata-se às análises de Souza (2006), o qual aponta que pensar a respeito “de uma política de desenvolvimento urbano que (re)aproxime definitivamente as vivências e as experiências singulares, na qual o morador envolvido tenha liberdade e a autonomia de desempenhar o seu papel de cogestor, implantando uma nova forma de organização espacial do contexto urbano.

Segundo o autor, a experiência do PDL que “sofreu alterações em sua execução após a posse da nova administração municipal em Belém em 2005”, demonstra que a institucionalização de políticas alternativas para a cidade fraqueja frente a “racionalidade abstrata dos técnicos e ausência de uma cidadania ativa entre os moradores do Riacho Doce”. Nessa medida, expressões de resistências sejam cristalizadas e mais valorizadas e aproveitadas pela intervenção pública (SOUZA, 2006, p. 116).

Então, reitera-se a discussão salientada por Mascarelli e Kleiman (2017, p. 166), em que se a escala regional despertasse para tratar das questões urbanas das grandes cidades de forma regionalizada e compartilhada, permitiria que as estruturas intermunicipais se mostrassem mais eficazes, “aos olhos das secretarias do Ministério

das Cidades, incipientes, pouco organizadas e incapazes de submeter projetos integrados às linhas de financiamento”.

2. PANORAMA RECENTE SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL E AS CARACTERÍSTICAS DO DÉFICIT HABITACIONAL NO PARÁ

O PMCMV faz parte de um pacote habitacional lançado em abril de 2009, com a meta de construção de um milhão de moradias, foi uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional, o qual recentemente foi “substituído” pelo Programa Casa Verde e Amarela, do então atual Presidente do país Jair Bolsonaro.

Cabe ressaltar que o PMCMV subsidiava a aquisição das casas ou apartamentos próprios para famílias com renda até 1,8 mil reais, facilitando as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 9 mil.

Ao lançar o programa “Minha casa, minha vida”, o Governo do ex-presidente Lula desafiou o problema do déficit habitacional brasileiro, uma vez que, além de estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, para alavancar a economia do país, também se apresentou como uma política social em grande escala, de caráter inédito na história do país, em que nem mesmo o antigo BNH dirigiu tantos recursos à baixa renda em uma única operação.

Assim, para o enfrentamento da crise e das enormes desigualdades sociais, especialmente a habitacional, a iniciativa buscou impulsar o desenvolvimento, com o incremento da atividade econômica da construção civil. Nessa perspectiva, Arantes e Fix (2009), sinalizam que o objetivo declarado pelo governo federal era direcionar o setor imobiliário para atender à demanda habitacional de baixa renda, que o mercado por si só não alcança.

Se as "classes C e D" foram descobertas como "mercado" por quase todas as empresas nos últimos anos, ainda havia limites, numa sociedade desigual e de baixos salários, para a expansão no acesso a mercadorias caras e complexas, como a moradia e a terra urbanizada. Com o pacote habitacional e o novo padrão de financiamento que ele pretende instaurar, esses limites pretendem ser, se não superados, alargados por meio do apoio decisivo dos fundos públicos e semi-públicos, de modo que a imensa demanda por moradia comece a ser regularmente atendida pelo mercado (ARANTES; FIX, 2009, p. 1).

Tratava-se de um novo passo para dotar o país de um grandioso arcabouço de obras voltadas para a resolução de graves dificuldades do seu povo - que deveria incluir a conquista de cidades mais humanas, harmônicas e generosas na convivência entre seus habitantes. A determinação oficial consistia em lutar para atender um

milhão de famílias de baixa renda, mediante a construção de moradias, envolvendo numa ampla parceria a União, estados, municípios, cooperativas e movimentos sociais, entre os protagonistas mais destacados.

Tratava-se de um projeto arrojado e inédito entre os governos que se sucederam no comando da República, ao longo da história da política habitacional brasileira, pois esse novo sistema implementado para produção da mercadoria-habituação colocado em marcha, havia a possibilidade do mesmo “deixar de ser conjuntural para se tornar estrutural e prolongado no tempo” (ARANTES; FIX, 2009, p. 1).

A Medida Provisória (MP) 459, de 26/03/2009, trazia como ênfase pelo governo federal direito à moradia como elemento fundamental no tratamento do grave problema das cidades brasileiras e do seu desenvolvimento. A MP compreendia que é em torno das residências que ocorre a estruturação urbana, da produção dos equipamentos coletivos de consumo aos serviços.

Tratava-se um amplo programa habitacional que extrapola seus limites; nele, a construção de moradias pressupõe também a abertura de ruas, seu reordenamento ou remodelamento, implantação de redes de esgoto e de abastecimento d’água, com os sistemas de saneamento, conexões de energia e telefonia, implicando em gigantescas transformações no perfil urbano.

Foi nesse contexto, com iniciativas do governo municipal de Soure, em parceria com o governo federal, previamente à criação do Ministério das Cidades e à aprovação da Lei de Regularização Fundiária, teve-se a oportunidade em participar na relatoria da Câmara e do Senado Federal, ocasião em que se iniciou a aproximação com o panorama habitacional do município.

Dessa forma, nos anos de 1999, quando foram conduzidos os trabalhos à frente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI), da Câmara dos Deputados, obteve-se êxito nas tarefas de realização inédita, da I e II Conferência das Cidades, com a sistematização dos movimentos de reforma urbana e das lutas transcorridas nas décadas passadas.

Essas ações culminaram na apresentação de um substitutivo ao projeto de lei do Estatuto da Cidade - que tramitava no Congresso Nacional há pelo menos uma década, posteriormente aprovado também no Senado Federal e pela sanção presidencial.

Agora, no debate da MP que dispõe sobre o programa “Minha Casa, Minha Vida”, apresentou-se no Senado Federal vinte emendas para aperfeiçoá-la. Uma delas propõe a inclusão de imóveis usados ou requalificados entre os que poderão ser subsidiados na aquisição. Somente no centro de Fortaleza existem hoje cerca de 600 imóveis desocupados, em condições de uso para fins de moradia. Noutra emenda, estabeleceu-se também a regularização fundiária para faixas populacionais de menor renda.

O Programa não se limita às grandes cidades e também contempla moradias rurais. Levando em conta os dados da pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, que define o perfil do déficit habitacional no país, há carência de 414.155 moradias no estado do Ceará; 175.488 referem-se ao déficit na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). De acordo com a MP, somente no Ceará está prevista a construção de 51.644 unidades habitacionais na cidade e no campo.

No cenário do Estado do Pará é considerável ressaltar os dados sobre as carências habitacionais, uma vez que, em estudo realizado no período de 2000 a 2010, Holanda e Santana (2015) sinalizam que dos 144 municípios paraenses, 94 apresentaram taxas elevadas de crescimento populacional no período citado, além de variações de crescimento e involução populacional nas Regiões de Integração (RI), uma vez que, em análise dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) do Pará “o crescimento foi bastante desigual considerando que na RI de Carajás o PIB per capita foi de R\$ 38.582,00, enquanto que na Região de Integração (RI) do Marajó esse valor foi de R\$ 3.269,00”. Esses dados demonstram algumas contradições sociais e econômicas presentes no Estado do Pará, as quais fazem parte do processo de acumulação capitalista na Região Amazônica (HOLANDA; SANTANA, 2015, p. 6).

Contudo, a produção do espaço reflete as relações sociais vigentes na ordem burguesa, configurando-se como um campo de relações de forças. Assim, uma sociedade como a brasileira, baseada em relações de poder e privilégios, resultam em construções de cidades (grandes, médias ou pequenas) com desigualdades sociais, em relação ao acesso de bens e serviços produzidos socialmente, sendo a habitação um desses bens.

Na Amazônia, há uma peculiaridade no seu processo de formação resultante em desigualdades sócio espaciais, gerados pela intervenção estatal, pela inserção de atividades capitalistas no território conflitando com usos tradicionais da terra pela

comunidade local (HOLANDA, 2011). Essa dinâmica na região reflete municípios com alto índice de pobreza, marcados pela usurpação dos recursos naturais e pela exploração da mão-de-obra da população local, revelando a lógica do modo de produção capitalista, expressas nas desigualdades presentes nas pequenas cidades na Amazônia.

Assim, a expansão capitalista nas cidades brasileiras, especialmente na Amazônia, demarcou uma formação territorial com forte desigualdade social, acompanhada pelas diversas expressões da questão social, dentre elas, a questão da habitação. Neste processo, desde a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, à atual conjuntura com o PMCMV, tem-se uma ampliação do financiamento habitacional como estratégia de expansão do capital.

No Pará, a elaboração do diagnóstico habitacional revela que a maioria dos municípios apresenta “precariedade de infraestrutura, presença marcante de domicílios rústicos, déficit habitacional e um número elevado de famílias que habitam em assentamentos precários” (SAKATAUSKAS; SANTANA, 2015, p. 3).

O déficit habitacional total apresentado da Região Norte, em 2010, era de 816,0 mil domicílios o que representa 12,1% do total do País. No Estado do Pará no referido ano o déficit era de 423,4 mil domicílios equivalente a 51,9% do total da Região Norte e 6,3% do Brasil. No que diz respeito às Regiões de Integração (RI) a que apresentou maior déficit foi a Metropolitana, cerca de 102.037 domicílios, sendo a do Tapajós com de menor déficit (13.240 domicílios).

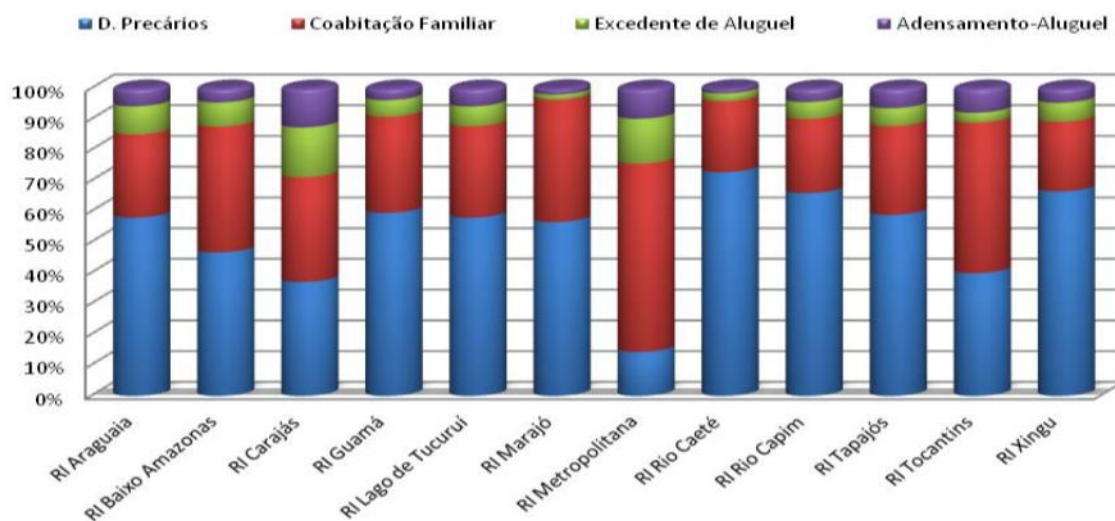
Tabela 1 – Déficit Habitacional por Componentes e Situação do Domicílio Brasil, Norte, Pará e Regiões de Integração – 2010.

Unidade Territorial	Componentes				Déficit Habitacional		
	D. Precários	Coabitação Familiar	Excedente de Aluguel	Adensamento Aluguel	Total	Urbana	Rural
Brasil	1.726.868	2.901.709	1.601.570	654.874	6.748.721	5.475.281	1.273.439
Norte	328.900	348.302	88.381	66.390	816.067	569.191	246.876
Pará	198.089	168.684	35.841	27.477	423.437	261.062	162.375
RI Araguaia	14.614	6.807	2.311	1.448	24.791	14.728	10.063
RI Baixo Amazonas	15.538	13.627	2.621	1.498	32.770	17.066	15.703
RI Carajás	12.328	11.334	5.382	4.199	32.730	24.868	7.862
RI Guamá	23.773	12.493	2.168	1.495	39.312	19.714	19.598
RI Lago de Tucuruí	11.911	6.101	1.329	1.189	20.213	11.671	8.542
RI Marajó	14.544	10.230	438	495	25.309	8.730	16.579
RI Metropolitana	14.800	63.539	15.131	10.170	102.037	99.763	2.274
RI Rio Caeté	27.333	8.676	959	586	36.973	14.735	22.239
RI Rio Capim	27.045	9.897	2.244	1.791	40.342	18.545	21.797
RI Tapajós	7.918	3.888	786	856	13.240	5.930	7.310
RI Tocantins	14.059	17.249	1.145	2.767	34.676	16.205	18.470
RI Xingu	14.226	4.842	1.326	982	21.045	9.108	11.937

Fonte: IBGE, Censo 2010, PARÁ, 2014. Elaboração: Projetos e Assessoria Técnica Ltda.
Retirado de: LIMA; SILVA (2016)

Segundo o Documento do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social/PEHIS (2014, p. 71) os componentes do déficit habitacional no Pará com maior incidência são as habitações precárias e coabitação, sendo o ônus excessivo com aluguel e adensamento em imóveis alugados os de menor incidência, como representado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - componentes do déficit habitacional no Pará

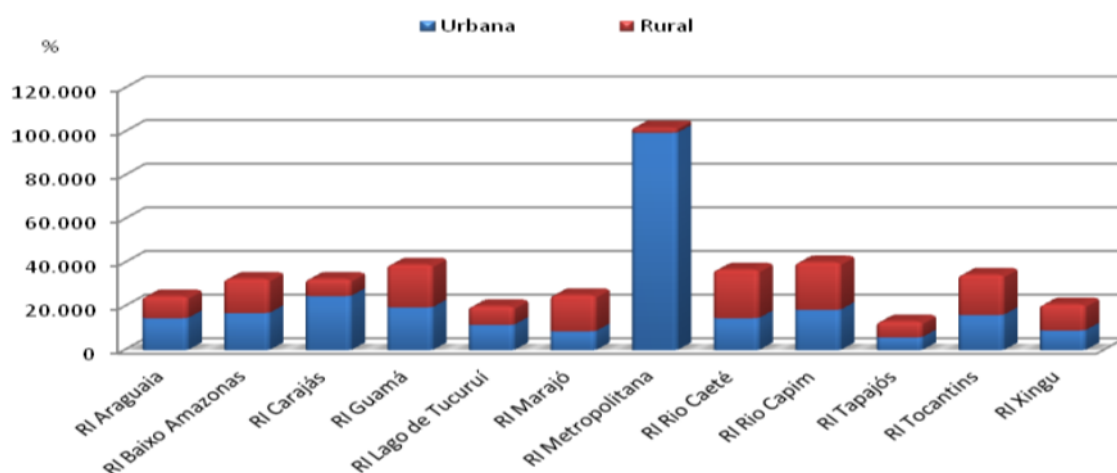


Fonte: IBGE, Censo 2010.
Elaboração: Projetos e Assessoria Técnica Ltda.

Retirado de: LIMA; SILVA (2016)

O déficit rural no Pará representava em média mais de 1/3 (38,3%) do déficit total do estado, sendo maior que o déficit urbano na metade das RI's, como as do Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu (PARÁ, 2014, p. 71).

Gráfico 2 – Déficit Habitacional nas áreas urbanas e rurais por Situação de Domicílios nas Regiões de Integração.



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Elaboração: Projetos e Assessoria Técnica Ltda.

Retirado de: LIMA; SILVA (2016).

Conforme os dados apresentados no Tabela 1, identifica-se que no Brasil há um expressivo déficit habitacional, sendo um dos problemas da questão habitacional, pois como mostra os dados acima, o Estado do Pará representa mais de 6% do total do país de déficit habitacional, com números significativos na região do Marajó e Soure, particularmente, e esses números não podem ser negligenciados pelas políticas de interesse social.

A inadequação Habitacional no Estado do Pará segundo seus componentes: a) adensamento excessivo; b) carência de infraestrutura; c) inadequação fundiária e d) inexistência de unidade sanitária privativa, em 2010, era, respectivamente, de 209,9; 1.524,3; 30,0 e 482,3 mil domicílios, exigindo 2.246,6 mil intervenções de melhorias habitacionais. A inadequação de maior incidência era a ausência de pelo menos um dos seguintes itens de infraestrutura (1.524.327 domicílios): água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo domiciliar e energia elétrica. A segunda maior

inadequação verificada era a ausência de unidade sanitária privativa em cerca de 480 mil domicílios (PARÁ, 2014, p. 82).

Estes dados compõem um quadro de extrema precariedade habitacional no Pará, pois o problema habitacional do Estado ocorre de forma desconcentrada nas pequenas cidades paraenses, o que alerta para as particularidades da questão neste Estado, o que remete a sua inserção no processo de ocupação amazônica, em face da sua complexa e extensa capacidade territorial, estabelecido como porta de entrada para a Região e tendo sofrido com maior intensidade a instalação de grandes projetos, o que negativamente repercutiu na questão habitacional, resultado da intervenção estatal e do capital (HOLANDA, 2011, p. 98-100).

Lima e Silva (2016), em pesquisa realizada sobre a produção habitacional no Pará, demonstraram que dos programas habitacionais federais implementados no Estado no período de 2008 a 2015, os contratos firmados entre o governo federal em parceria com o governo estadual, municipal e sociedade civil, dispõem como principal linha de ação a Produção ou Aquisição de Moradias, a qual representa 94,26% de todos os contratos, sendo que o programa com maior ocorrência foi o PMCMV e suas modalidades, dentre elas a modalidade Oferta Pública teve maior incidência, com aproximadamente 28,71% das contratações, seguida da modalidade Rural, com 20,69% das contratações (Tabela 2).

Tabela 2: Quantitativo de contratos e Unidades Habitacionais (UH) dos Programas Habitacionais no Pará²

No período de 2008 a 2015 foram implementados projetos nos Municípios paraenses por meio dos Programas: Pro-Moradia, Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), Projeto Prioritário de Investimentos (PPI-PAC), Habitação de Interesse Social (HIS), Programa Crédito Solidário (PCS), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e suas modalidades (FAR-Empresas, Entidades, FGTS, PAR, Oferta Pública e Rural) (LIMA; SILVA, 2016).

CONTRATOS NO ESTADO DO PARÁ- HABITAÇÃO - JANEIRO DE 2008 A AGOSTO DE 2015						
LINHAS DE AÇÃO	PROGRAMAS FEDERAIS	CONTRATOS	%	NÚMERO DE UH	%	
Desenvolvimento Institucional	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HIS	1	0,14	0	0	
	ESTUDOS E/OU PROJETOS PARA HIS	2	0,29	0	0	
	APOIO À ELABORAÇÃO DO PLHIS	20	2,91	0	0	
SUBTOTAL		23	3,34	0	0	
Produção ou Aquisição de Morádias	HIS	27	3,93	1.251	0,96	
	PAR	5	0,72	3.170	2,44	
	PCS	8	1,16	1.127	0,86	
	PSH	11	1,6	369	0,28	
	PMCMV	FAR (EMPRESAS)	134	19,53	86.215	66,49
		ENTIDADES	12	1,74	2.156	1,66
		FGTS	111	16,18	18.535	14,29
		OFERTA PÚBLICA	197	28,71	7.625	5,88
		RURAL	142	20,69	5.842	4,5
SUBTOTAL		647	94,26	126.290	97,36	
Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários	PRO-MORADIA	6	0,87	1.910	1,47	
	UAP	7	1,02	1.459	1,12	
	PPI-PAC	3	0,43	0	0	
SUBTOTAL		16	2,32	3.369	2,59	
TOTAL		686	100	129.659	100	

Fonte: Ministério das Cidades: Contratos no Estado do Pará - Habitação - janeiro de 2008 a agosto de 2015.

Retirado de: LIMA; SILVA (2016).

No período da pesquisa de 2008-2015, como pode ser observado por meio da tabela 2, os contratos habitacionais do governo federal efetivados em 132 municípios paraenses tiveram maior expressão as contratações para provisão de novas morádias por meio do PMCMV, isto é, 86,85% de todas as contratações.

É importante mensurar que, no período de 2013 a 2016, o município de Soure recebeu várias obras direcionadas ao Programa Minha casa Minha Vida urbano e rural, neste período muitas famílias foram contempladas. No entanto, no período recente verifica-se que Programa está estagnado devido a muitos problemas em seu desempenho, e as consequências está no grande impacto social, haja vista que com a implementação no município houve uma melhora social e econômica,

principalmente uma mudança significativa no que se refere ao bem-estar social dessas famílias e para a sociedade de modo geral.

Esses fatores demonstram que a política pública da habitação de interesse social é uma peculiaridade dos governos de esquerda, pois nunca antes na história do Brasil, especialmente em Soare, houve projetos voltados para habitação de interesse social com essa envergadura. Contudo, faz-se necessário analisar como as famílias beneficiárias desses Programas encontram-se pós-ocupação, pois a partir dessa experiência surgiram alguns questionamentos: O que melhorou? O que mudou? Quais os benefícios dos projetos de habitação? Qual leitura pode ser feita para melhorar os programas e projetos que foram implantados? E se houve mudança na qualidade de vida das famílias que receberam as unidades habitacionais.

Desta forma, analisando a realidade do Pará e buscando compreender as particularidades das cidades Amazônicas no interior da lógica de reprodução das cidades, observa-se que as transformações e ocupações ocorrem como meio de atender e integrar a região ao circuito econômico do país. Enfatiza-se, portanto, que devido ao alto índice do déficit habitacional e as precárias condições de moradia das camadas populares no país, é de suma importância que se direcione respostas concretas a população de menor renda, o que demanda a instituição de política pública de habitação dirigida a esse segmento da população (MERCÊS, 2012, p. 573).

Contudo, os recursos direcionados aos programas habitacionais, desenvolvidos pelo Governo Federal, materializados por meio dos programas habitacionais federais contratados no Estado do Pará, apresentam-se como formas de provisão de habitação e geração de espaços urbanizados. Tais intervenções são elaboradas como propostas para combater o déficit e carência habitacional das cidades brasileiras, o que não isenta estas práticas de serem executadas em descompasso com a realidade dos municípios, considerando que, em geral, o planejamento governamental desconhece ou mesmo desconsidera as necessidades habitacionais dos diferentes municípios brasileiros (LIMA; SILVA, 2016).

As contradições aqui levantadas por meio do PNHR coadunam com os dados apresentados anteriormente no documento de Síntese e Atualização do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, desenvolvido pela Companhia de Habitação do Estado do Pará, em 2014, que apresenta elevado déficit e inadequações habitacionais nas cidades paraenses, em que o déficit rural no Pará representava em

média mais de 1/3 (38,3%) do déficit total sendo maior que o déficit urbano na metade das Regiões de Integração/RI's, como as do Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu (PARÁ, 2014, p. 71).

Da perspectiva do marco regulatório, principalmente, a partir das últimas duas décadas do século XXI, percebe-se avanços na implementação de políticas habitacionais. Todavia, a efetividade do direito à moradia e o equacionamento do déficit habitacional continua um desafio enfrentado pelas políticas habitacionais, haja vista que, a produção e os investimentos habitacionais pulverizados e setorizados ocorrem na contramão da efetivação e ampliação do direito à moradia. Essas contradições, são relevantes e não podem ser ignoradas diante das formulações das políticas, embora tais políticas sejam caracterizadas como aquelas que se apoiam:

Apenas na promoção pública no país onde o mercado é a referência central para as políticas urbanas; desconhecem e não incluem a gestão pública sobre as questões fundiárias e urbanas; são dirigidas por lógica compensatória ou por interesses empresariais privados; tomam como referência o conceito da unidade residencial e não do habitat; limitam a experiências pontuais (MARICATO, 2012, p. 129).

Portanto, o estudo sobre o Programa Nacional de Habitação Rural, que faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida, é uma forma de entender a problemática habitacional na dimensão rural nas pequenas cidades paraenses, no intuito de analisar como a questão da moradia vem sendo efetivada nessas cidades, considerando o déficit habitacional rural, assim como, as características do modo de viver em pequenas cidades.

3. O PROJETO HABITACIONAL ‘MINHA CASA MINHA VIDA’, EM SOURE: IMPACTOS NA VIDA DO MORADOR E UM RELATO DA EXPERIÊNCIA

Esses dados referem-se à entrevistas realizadas³ com os moradores da localidade do bairro Tucumanduba, área rural do município de Soure, contendo informações que expressam o corpus de análises e sistematização de dados, com base no formulário respondido pelos beneficiários do PMCMV, que foi criado em 2009, tendo como documento norteador o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), modalidade do programa, de acordo com a Lei Nº 11.977, de 7 de junho de 2009, regulamentado pelo Ministério das Cidades.

Diante disso, foram implantados dois projetos do PNHR, em parceria com a Caixa Econômica Federal e as entidades Associação Agroextrativista - PAE e Habitação Natureza e Arte, do Município de Barcarena, responsável pelo empreendimento denominado Tucumanduba II, com 50 unidades contratadas. E a Associação Natureza e Arte – NATURART executou e desenvolveu ações do Programa Nacional de Habitação Rural- PNHR (construção de 39 unidades habitacionais e atividades do Projeto Técnico Social- PTTs) empreendimento TUCUMANDUBA I com o objetivo de diminuir o déficit habitacional no Brasil.

Essas entidades foram responsáveis pelo recebimento dos recursos federais para implementação do programa, ou seja, na ocasião os dois projetos aprovados, cada um, sendo um com 50 unidades habitacionais e o outro com 39 unidades, totalizando 89 habitações a serem entregues aos moradores da cidade marajoara, especificamente, do bairro do Tucumanduba, na qual ficou denominado o título da proposta Tucumanduba I e Tucumanduba II. Ressalta-se que as antigas casas, em suas diversas tipologias, foram substituídas pelas UH do programa, sendo que essas construções ocorreram no terreno dos moradores, não havendo, portanto, necessidade de remanejamento das famílias. Esse processo pode ser evidenciado pelas imagens do antes e depois das casas dos beneficiários.

³ As entrevistas foram feitas nos dias 24, 25 e 26 de dezembro de 2021, com um formulário com 12 perguntas abertas e fechadas de caráter livre, com a intenção de analisar os avanços e os resultados com a implementação do projeto na qualidade de vida dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida”, em Soure – Marajó – Pará – Brasil. As mesmas aconteceram no ambiente domiciliar dos 18 moradores contemplados com o projeto Minha Casa Minha vida Rural.

Figura 1- Casas de Barro (pau-a-pique) e UH substituídas pelo projeto.



Fonte: Pesquisa de Campo, Tucumanduba, 2021.

As famílias beneficiárias do PNHR foram selecionadas através de um levantamento socioeconômico realizado na comunidade Tucumanduba, tendo como critérios de seleção e prioridade as condições de moradia, salubridade, higiene sanitária, renda, vulnerabilidade a doenças e regras do programa. Assim, constituem-se famílias de baixa renda, mulheres-chefes de família e/ou em habitações precárias, famílias com idosos e /ou deficientes chefes de família ou dependentes a serem beneficiados pelo projeto, em conformidade com o programa.

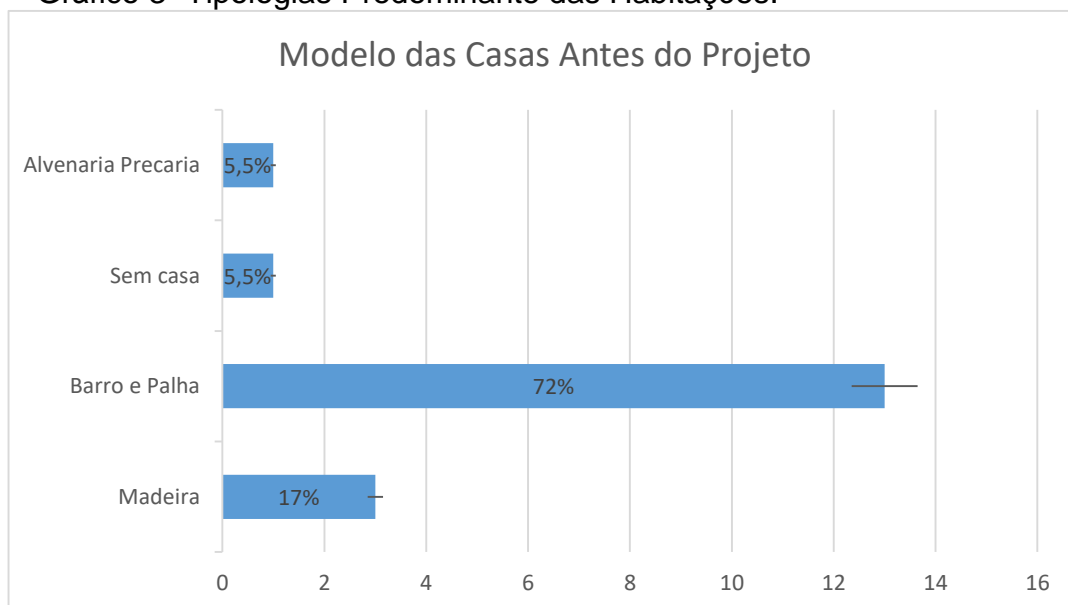
Nesse sentido, os dados coletados na pesquisa de campo correspondem a um total de 89 habitações, que foram entregues aos moradores, resultantes de dois projetos: Tucumanduba I e Tucumanduba II, os quais para pesquisa selecionou-se os seguintes perfis: 18 famílias beneficiadas, que participaram das entrevistas corresponde a 20,2% do total de beneficiários.

3.1. O perfil do beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PNHR), em Soure e os impactos observados

Primeiramente, analisou-se a fala dos entrevistados levando em consideração a pergunta de como os mesmos avaliavam a moradia antes de ter recebido a casa do PNHR. Notou-se, que entre os beneficiários apresentaram a existência de quatro tipologias de moradia: i) as casas que eram feitas de madeira coberta de telha de fibrocimento e ou telha de barro (17%); ii) as casas feitas de barro e cobertas de palha

(72%); iii) as famílias que não tinham casa (5,5%); iv) as famílias que moravam em uma casa de alvenaria apenas de um quarto e em condições precárias (5,5%).

Gráfico 3- Tipologias Predominante das Habitações.



Elaboração: próprio autor (2022).

O gráfico 3 demonstra que a maioria dos beneficiários moravam em casas de barro com cobertura de palha, as famosas casas de pau-a-pique⁴, como são conhecidas na região do Marajó, cerca de 72% das famílias que foram contempladas com o projeto moravam nesse modelo de casa.

Além das casas de barro, as casas de madeira também era uma opção de moradia, pois os relatos mostram que as pessoas por terem dificuldades e não tinham condição financeira de investimento em habitação. As casas de alvenaria precária também era uma forma de habitação que foi substituída com o programa, e por fim pessoas que não possuíam qualquer outra forma de moradia puderam ser contempladas com o projeto de habitação.

⁴ Casa de barro com cobertura de palha e chão batido.

Figura 2- Casas de Barro (pau-a-pique) substituídas pelo projeto.



Fonte: Secretaria de Habitação de Soure - 2012

A segunda pergunta do questionário trata da casa antiga em relação a algum tipo de problema na infraestrutura e localização. Durante as respostas as pessoas foram bastante enfáticas ao afirmar que a estrutura da casa era comprometida em função do material de péssima qualidade e de baixo custo, o que ocasionava o tempo de durabilidade mínimo dos materiais, fazendo com os moradores intervissem no imóvel em curto espaço de tempo para promover reparos paliativos para sobreviverem na comunidade que viviam.

Para complementar a discussão, os/as entrevistados/as também relataram que no período do inverno amazônico o problema aumentava, uma vez que chovia com frequência dentro das casas, o chão era só batido, muita poeira e as crianças frequentemente, ficavam gripadas. Nesse sentido, as falas de alguns beneficiários sobre a precariedade das habitações, em outras palavras, esse problema era muito frequente nas casas de barro coberta de palha, nas casas de madeira coberta de telha de barro ou de brasilit e nas casas de alvenaria, apenas com um compartimento entendidas como precárias, além dessas tinham as pessoas que não tinham casa e moravam na casa de outra pessoa, ou moravam de favor e sem perspectiva de terem uma casa própria.

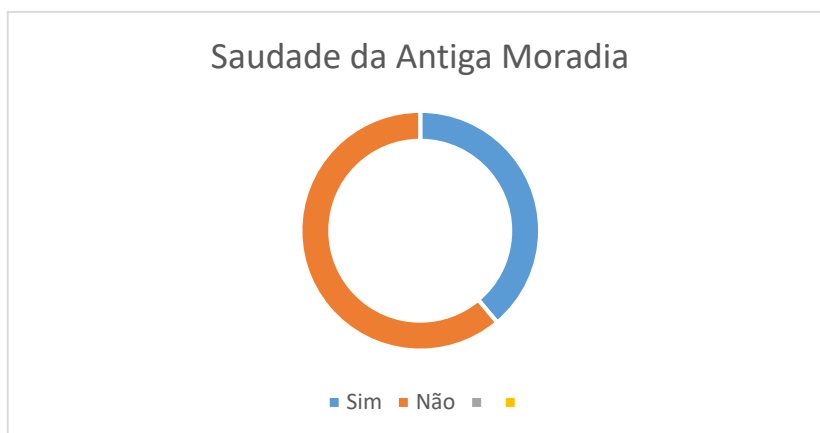
Silva et al (2018) afirmam que as pequenas cidades carregam características de dispersão na ocupação do solo urbano, apresentando particularidades na formação urbana que difere do padrão de urbanização acelerado e verticalizado das grandes cidades, uma vez que expressam práticas e vivências culturais na ocupação do lugar,

mas ao mesmo tempo, recebem impactos dos avanços da ocupação capitalista na Amazônia.

Essa dispersão pode ser constatada no município de Soure, a exemplo o bairro Tucumanduba, um dos 8 bairros do município, sendo o mais afastado do centro urbano da cidade, depois deste estão localizadas áreas rurais e as vilas pesqueiras. Os moradores que moram nessa localidade são em sua maioria extrativistas, predominando pesca do caranguejo. As estradas não tem pavimentação e a infraestrutura urbana veio muito em função dos projetos habitacionais, que contribuíram diretamente para melhoria do sistema de energia elétrica, posto de saúde e áreas comerciais. Contudo, constata-se que o bairro tem pouca infraestrutura em relação a transporte público, saneamento, iluminação pública, entre outras.

A terceira pergunta indaga se o entrevistado tem saudade da sua casa antiga. Sobre isso, cerca de 61% afirmam que não sentem saudade das suas antigas moradias e 39% afirmam que sentem saudade. Quando verifica-se o motivo pelo qual as pessoas sentem saudades, em sua grande maioria é porque quando as casas eram de barro e palha o ambiente interno da casa era menos quente. As pessoas sentiam um prazer muito grande em ficar dentro das suas casas principalmente no período do verão, pois enquanto as casas de alvenaria contribuem para um ambiente interno com uma temperatura mais elevada as casas feitas de barro e palha tinham os seus ambientes internos mais frio e refrescante segundo relato dos moradores. Por conta desse fator, alguns moradores, tem lembrança boas das antigas casas.

Gráfico 04: Saudosismo do Lar Anterior



Elaboração: próprio autor (2022).

A pergunta de número quatro indaga sobre como é casa atualmente. Sobre isso, 100% das pessoas estão morando no bairro do Tucumanduba na casa padrão do projeto, sendo que cerca de 67% das pessoas já moravam no mesmo local, no mesmo terreno, nesse caso sua moradia foi apenas substituída e 33% das pessoas são oriundas de outros locais, mais distantes, e atualmente se encontram domiciliadas no bairro do Tucumanduba.

Figura 03- Beneficiária do Projeto com sua filha.



Fonte: Pesquisa de Campo, Tucumanduba, 2021.

A quinta pergunta indaga sobre os problemas que o entrevistado tem hoje em relação a sua moradia. A pergunta foi feita para que os moradores falassem dos problemas que eles têm hoje, relacionados a moradia que receberam do projeto. É importante enfatizar que a pesquisa foi feita nos dias 24, 25 e 26 de dezembro de 2021, algumas casas foram entregues aos moradores em 2012, essas são as mais antigas cerca de 9 anos que moram nas casas; já as mais novas foram entregues em 2017 cerca de 5 anos as famílias moram nas casas.

Assim, cerca de 56% das famílias pesquisadas afirmam que não tem nenhum problema e 44% afirmam ter algum tipo de problema relacionado ao projeto da casa e ao modelo construtivo, tais como: casa que ficou pequena para o número de moradores; o forro que soltou; a temperatura que é maior do que a casa anterior, ou ainda, um telhado que precisa ser arrumado por conta do tempo, ou algumas telhas quebradas e algumas ripas que precisam ser trocadas; rachaduras nas paredes em função das fortes chuvas ou da ampliação das casas ou infiltração; alagamento nas

ruas e acaba invadindo as casas no inverno, esses foram os problemas relatados frequentemente por moradores.

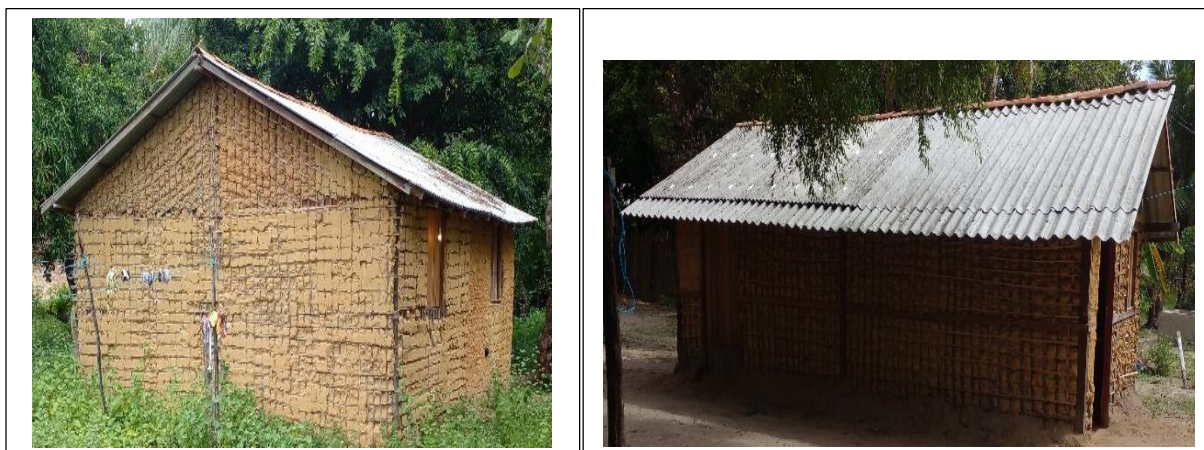
Constatou-se, também, a existências de adensamento excessivo entre as famílias, ou seja, em algumas casas havia muitas pessoas e outras com poucas. Em média existe 5,6 moradores por residência, sendo que existem casas que moram 14 pessoas e outras que mora apenas 1 pessoa.

No momento que foi solicitado para que as pessoas fossem objetivas e respondessem sim ou não, foi possível relacionar algumas informações que se entende como cruciais para a identificação da melhoria da qualidade de vida dessas famílias, saber se as pessoas achavam ou não que sua vida tinha melhorado ou então se a pessoa conhecia alguém que não foi contemplado com o projeto, e se a casa tinha contribuído na melhoria da saúde dos moradores.

Por fim, perguntou-se se a casa tinha contribuído de alguma forma com a educação dos filhos, as respostas foram que: 100% das famílias afirmam que sua vida melhorou, 95% conhecem alguém que não foi contemplada como projeto, 100% acha que o ajudou na melhoria da saúde, 100% acredita que o projeto ajudou na educação dos filhos. Isso sinaliza um ponto positivo e demonstra que a normativas legais estão avançando nos territórios para o fortalecimento da cidadania, conforme aponta o trecho a seguir.

A Lei nº 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo primeiro, a educação diz respeito aos processos formativos onde os cidadãos “se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 2018, p. 8) e a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Figura 04: Modelos de casas que foram substituídas pelo projeto



Fonte: Pesquisa de Campo, Tucumanduba, 2021.

Figura 05: Beneficiária na frente da sua residência com sua família



Fonte: Pesquisa de Campo, Tucumanduba, 2021.

Figura 06: Casa Ampliada do Projeto conforto para os beneficiários



Fonte: Pesquisa de Campo, Tucumanduba, 2021.

Em relação qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo? Observou-se novamente que os pontos negativos destacados, foram a temperatura elevada. Além das respostas sobre casas que tem muita gente morando, algumas pequenas infiltrações na parede, principalmente no período do inverno. Contudo as respostas em sua ampla maioria destacam os pontos positivos, com destaque para o fato das pessoas não terem mais o trabalho de estar trocando as palhas, as madeiras, ou ter que embarrear novamente as paredes. Ressaltam ainda que o fato de agora poderem ter um quarto, os filhos dormem bem e tem mais privacidade; podem sair que não vão ser roubados, até as doenças não são mais frequentes “*hoje tenho um lugar para dizer que é meu, higiene educação tudo melhorou*”, essas são falas dos moradores que foram ditas nas entrevistas justificando os pontos positivos.

Essa imagem tem um significado muito positivo, pois especificamente essa família/beneficiário tem uma história peculiar no processo de contemplação da unidade habitacional, pois segundo relatou o morador A, sua família estava passando por um processo de enchente onde moravam, na praia do pesqueiro, onde a maré veio muito alta e invadiu sua residência destruindo toda a casa e quase ceifando toda a família. Após o ocorrido, foi até a secretaria de habitação do município solicitando ajuda e foi inscrito no programa, sendo contemplado posteriormente.

Na ocasião, no ano de 2015, o então Secretário Municipal de Habitação realizou entrevista, o morador sendo cadastrado para receber um terreno no loteamento Taurino Rodrigues, que fica localizado no bairro do Tucumanduba. Em seguida foi feito o cadastro no PNHR, após 3 meses o morador recebeu a notícia que sua casa estava sendo construída no terreno que havia obtido junto à Prefeitura de Soure.

Quando a entrevista foi realizada para esta pesquisa, em 2021, a lembrança do processo de contemplação da unidade habitacional foi mencionada e eles cuidam da sua residência de forma especial, pois sabem o valor do projeto que veio contribuir significativamente na qualidade de vida da sua família. Hoje ao passar pela casa quase não é possível perceber que é uma unidade do projeto, pois ela foi ampliada e a família têm um cuidado peculiar pela casa.

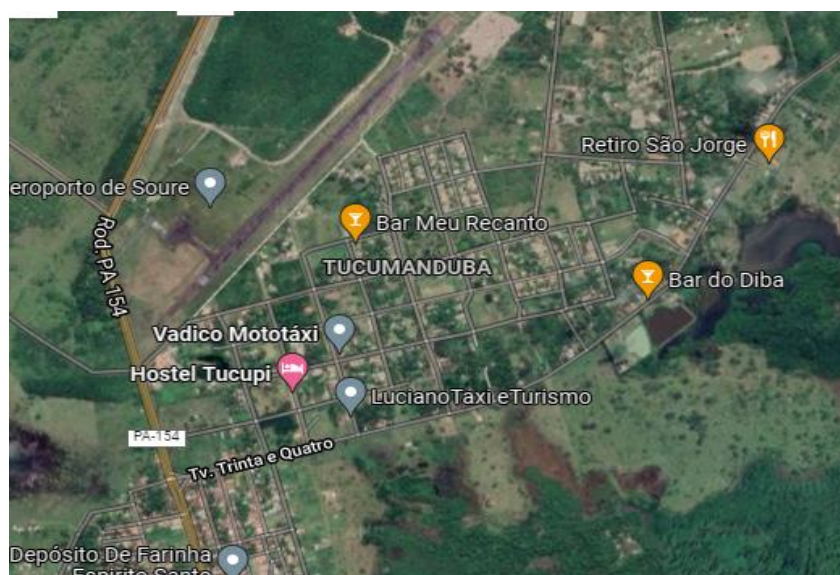
Figura 07- Ampliação da Casa do Projeto



Fonte: Pesquisa de Campo, Tucumanduba, 2021.

Nesse sentido, perguntou-se para os beneficiários se eles tinham feito alguma modificação no sentido de reforma ou ampliação nas casas ao longo desses anos. Cerca de 61% dos entrevistados afirmaram que fizeram modificações e os outros 39% disseram que não, sendo que as modificações foram principalmente em relação a ampliação do pátio, construção de cozinha, seguida de novo quarto, nova sala ou uma nova área.

Figura 08- Imagem de Satélite da Comunidade de Tucumanduba



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-0.7032064,-48.5169015,2710m/data=!3m1!1e3>

Em se tratando da relação entre o bairro de Tucumanduba no espaço intraurbano e na economia de Soure, percebe-se ainda um número elevado de famílias que habitam residências em situações precárias e sem condições de moradia/habitabilidade. Tais famílias, em sua maioria, atuam no mercado informal, sem vínculo empregatício, cujas principais atividades econômicas são o extrativismo de caranguejo, camarão, turu, dentre outros, além da agricultura de caráter familiar.

Desse modo, por meio de um levantamento socioeconômico realizado em 2012 pela Associação da Juventude para o Desenvolvimento e Inclusão, portanto, após os empreendimentos do PNHR, constatou-se que mais de 80% da população residente na comunidade Tucumanduba ainda moravam em casas de barro e palha ou madeira, com pouca ou nenhuma infraestrutura, enquanto que somente uma minoria reside em casas de alvenaria. Vale ressaltar que situações precárias de moradia deixa a população vulnerável a surtos de doenças vinculadas às condições hídricas domiciliares, tais como casos de diarreia, amebíase, escabiose, e dengue e febre amarela registrados pela Secretaria Municipal de Saúde de Soure-PA.

Sendo assim, a consolidação do processo de implantação passou por 3 (três) fases simplificadas para o entendimento, fase 1 identificação das famílias que receberam as unidades habitacionais do minha casa minha vida rural, esse processo foi organizado pela secretaria de habitação com a visita em loco, registro fotográfico e o cadastramento dos futuros beneficiários. É importante salientar que nesse período muitas famílias não tinham documentação completa, que eram substituídas por outras que estavam com condições também de precariedade, contudo com a documentação completa.

A fase 2, consistiu-se na produção das unidades habitacionais, momento muito importante, pois a vistoria com os materiais que estavam na obra, a contratação de pessoas para trabalhar na construção foi um momento bem dinâmico e permitiu uma participação efetiva da secretaria no trato com o processo de construção das casas, é bem verdade que paralelo à isso havia a necessidade do processo de documentação, as chamadas medições de obras que precisavam ser atestadas pela secretaria de habitação, um momento dinâmico e importante para a consolidação do processo.

Na fase 3, de entrega das unidades habitacionais, um momento de muita festa, porém, de muito trabalho para equipe da secretaria que precisava fazer o processo

de fiscalização e saber se realmente as unidades não tinham pendências na construção ou na documentação. O momento da entrega era combinado com o beneficiário que normalmente fazia uma festa com bolo, suco para comitiva da secretaria que chegava com carro som e fazendo a alegria na rua além de causar muita emoção nas famílias que recebiam a casa e nas pessoas que participavam do processo de entrega

As imagens a seguir retratam essas 3 fases, momentos que nunca irão sair do pensamento de quem recebeu ou participou do processo.

Figura 09 – Fases do Programa no Município de Soure

<p>Etapa de Identificação das Habitações Precárias</p>  <p>Fonte: arquivo pessoal</p>	<p>Etapa de Identificação das Habitações Precárias</p>  <p>Fonte: arquivo pessoal</p>
<p>Etapa de Construção das Unidades Habitacionais</p>  <p>Fonte: arquivo pessoal</p>	



Em seguida apresenta-se um conjunto de imagens de satélite com a localização dos projetos desenvolvidos no Tucumanduba I e Tucumanduba II, todos em sua ampla maioria localizados no bairro do Tucumanduba.

Figura 10 - imagens de satélite da Pista Principal e do Bairro do Tucumanduba



É importante salientar que todas as Unidades Habitacionais se constituem como processos pulverizados, ou seja, as casas não seguem um padrão de loteamento, isso aconteceu porque no momento do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) apresentado a caixa econômica foi definido que as unidades habitacionais iriam seguir o padrão pulverizadas. Na oportunidade foi identificado que as famílias moradoras do bairro do Tucumanduba tinham um vínculo social, cultural e familiar

com o local, o que incentivou que a construção da nova casa no local que estava a antiga, garantindo a convivência social com a família e, principalmente, respeitando seus espaços de identidade com o local, além de permitir que os terrenos fossem mantidos com as famílias. Abaixo a imagem aérea da cidade com a localização Unidades Habitacionais construídas pelo PMCMV em Soure, o que evidencia o padrão pulverizado das construções de unidades habitacionais.

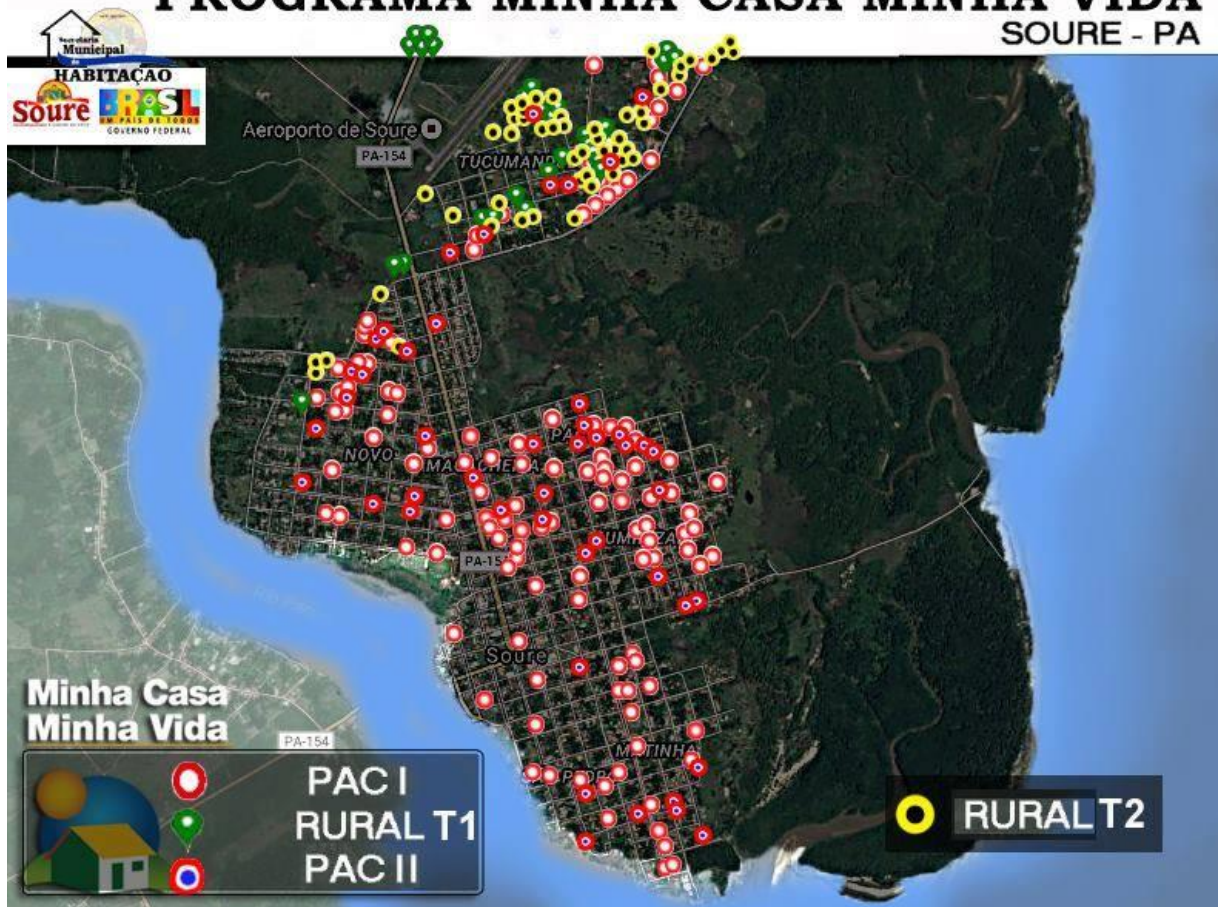
Área de intervenção das unidades pulverizadas Tucumanduba



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação. Disponível em: <https://www.facebook.com/353609461406921/photos/a.353641421403725/823481104419752/>

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

SOURE - PA



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação. Disponível em: <https://www.facebook.com/353609461406921/photos/a.353641421403725/823481104419752/>

Considerações finais

As imagens apresentadas no último tópico remontam uma retrospectiva pessoal no processo de implantação da política habitacional de interesse social no município de Soure. Cerca de 12 anos se passaram desde que as primeiras unidades habitacionais foram entregues para os moradores do município de Soure e 9 anos se passaram das primeiras moradias do projeto Tucumanduba I e depois as famílias do Tucumanduba II. É bem verdade que algumas coisas poderiam ser melhores, e nesse momento servem de lição para as futuras ações relacionadas aos projetos habitacionais, enquanto era feito o levantamento percebeu-se que algumas casas foram modificadas completamente, identificou-se também, que alguns beneficiários já não residem mais no local, as pessoas afirmam que as casas foram vendidas, não tem como comprovar tal afirmação.

Contudo, em uma visão geral os projetos habitacionais cumpriram com excelência o seu objeto que era trazer uma melhor qualidade de vida para famílias que se encontravam em vulnerabilidade social. Entende-se que a pesquisa se mostrou útil como estudo de caso na orientação da condução da política habitacional para pequenos municípios inseridos em contextos amazônicos. Uma vez que acredita-se nessa política, temos a pretensão de avançar na busca de informações que possibilitem uma maior contribuição dentro da luta por melhores condições de moradia para a população de baixa renda, vulnerável.

Além disso, percebe-se que segundo a discussão teórica abordada, a questão habitacional é um problema social muito sério, no Brasil e no mundo, e precisa ser tratado com responsabilidade e debatido pelo poder público e principalmente pela sociedade em geral para que possa ser criado novos projetos de políticas habitacionais principalmente para a população que não têm moradia própria e vivem sem mínimas condições de Habitabilidade

Neste sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida, tanto Urbano quanto Rural foi bastante significativo, proporcionando moradias para famílias em situação de precariedade habitacional. Isto posto, considera-se veemente que o planejamento e a efetivação de políticas públicas associadas a uma gestão pública democrática, participativa, efetiva e eficiente seja cada vez mais essencial para a implementação de políticas públicas habitacionais de qualidade para a melhoria de vida da população.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Minha Casa, Minha Vida, o pacote habitacional de Lula (2009). Disponível em: <https://www.correiodocidadania.com.br/especiais/66-pacote-habitacional>. Acesso em: 21/02/2022.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 302-312. jul./dez. 2008.

BRASIL. **Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. EAD-PHLIS - nia Santa Rosa e Rosana Denaldi. Brasília: Ministério das Cidades. 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal. **Manual do Programa Nacional de Habitação Rural**. Fevereiro/2012.

CARDOSO; A. Cláudia D; LIMA, J.José F; SENA, Lucinda F. A; SANTOS; R. Bruno Nascimento dos; CRUZ, S. Helena R. **A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000**. Novos Cadernos NAEA – v.10, n.1,p.143-183,dez.2006

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Adauto Lucio Cardoso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática.- São Paulo. 1989.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus**. Tese (Doutorado Programa de pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes. **A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010): avanços e limites**. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.

HOLANDA, A. C. G.; SANTANA, J. V. **Análise sobre a questão da habitação no Estado do Pará. Artigo componente da mesa temática coordenada 'Gestão de Cidades Brasileiras: um debate (ins)urgente'**. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luís. Para além da crise global: experiências e antecipações concretas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de dados e Aplicações**. Editora: Alínea. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital**. Tradução Maria Helena Raita Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2ª edição. 2001.

LIMA, Aline Tarcila de Oliveira; SILVA, Walkiria Maria Sousa da. **A Política de Habitação no Estado do Pará: programas habitacionais e o desafio de sua implementação**. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Belém- PA. Universidade Federal do Pará. 2016.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2ª ed. _ Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

MASCARELLI, Fernanda; KLEIMAN, Mauro. **Os desafios do planejamento e gestão urbana integrada no Brasil: análise da experiência do Ministério das Cidades**. 2017. *urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2017 maio/ago., 9(2), 157-171. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n2/2175-3369-urbe-2175-3369009002AO01.pdf>

MERCÊS. Simaia do Socorro Sales das. **Percursos do direito à cidade: provisão estatal e empresarial de moradia popular na RM de Belém**. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 553-577, jul/dez 2012.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/51309289/o-desafio-do-conhecimento-pesquisa-qualitativa-em-saude-minayo>. Acesso em: 03.02.2019.

MINAYO, Maria C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PARÁ. Governo do Estado do Pará, Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Síntese e Atualização do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (2013/2014)**. Belém, 2014.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses: Soure**. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2017.

PARÁ. Instituto de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Pará. **Déficit habitacional: aspectos conceituais e resultados do período de 2007 a 2012**. Belém: IDESP, 2014. Disponível: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/artigos/17?&mes=&ano=2014>. Acesso em: janeiro de 2022.

RICHARDSON, J. Roberto. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo. Ed. Atlas. 2015.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz. **Problematizando o uso da técnica de análise Documental no Serviço Social e no Direito.** in: Sociedade em Debate, Pelotas, 15(2): 111-125, jul.-dez./2009. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/356>.

PRATES, Jane Cruz. **A Pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado.** Porto Alegre, janeiro de 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado, o Direito e a Questão Urbana.** 1982.

SAKATAUSKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V. **O processo de produção do espaço amazônico: uma análise das pequenas cidades.** In: VII JOINPP. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, Anais. São Luís- MA: UFMA.

SPINICCI, Julia; VIOLINO, Jordão. O direito fundamental à moradia digna: conteúdo e desafios. **Revista de Direito Constitucional e Internacional** | vol. 109/2018 | p. 93 - 117 | Set - Out / 2018.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** Editora: Contexto, 2012, São Paulo, 10ª edição. Coleção: Repensando a Geografia.

ULTRAMARI, Clóvis; REZENDE, Denis Alcides. **Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira.** 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/59/62>. Acesso em 04.04. 2019..

Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385446/Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf?sequence=1>. Acessado em 10 de novembro de 2021.

Decreto nº05/2013. **Relatório das ações da secretaria municipal de habitação de Soure/Pa-2015.**

Anexos

Apêndice: entrevistas

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Andreza Conceição Leal**

Data **26/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Era feita de barro e coberta de palha com chão batido com barro**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Sim**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Sim, mas essa casa melhorou bastante a vida de muitas pessoas**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **moro no tucumanduba, minha casa é de alvenaria, forrada e bem estruturada**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **O problema de encanação e o alagamento que as paredes ficam todas infiltradas**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**5 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**5 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **No positivo a minha casa hoje em dia melhorou porque não preciso mais me preocupar com nada ou seja, principalmente tirar palhas, melhorou 100% a área da saúde. O negativo é que no período chuvoso meu terreno alaga**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? Sim () Não () Qual?

R: **Pintura e uma pequena área para trás**

Mensagem:

Desde já agradeço a Deus e todas as pessoas que sempre estão na linha de frente de nosso município, e que, se esforçam para ver o bem de todos em nosso município.

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Marcia Maria Dias**

Data **26/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Palha e Barro**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Existia porque era chão batido, tinha que ta trocando palha**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **No mesmo local agora de alvenaria 3 quartos banheiro dentro, fiz a ampliação de um quarto**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Nenhum tá ótimo**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**5 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**5 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Os meus filhos tem um quarto pra eles, até pra eles estudarem, quando morava só em um pedacinho não tinha como se concentrar nos estudos, hoje temos privacidade.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? Sim () Não () Qual?

R: **Quarto cozinha e uma área na parte de traz**

Mensagem:

Que as pessoas venham acreditar, que é possível, precisamos ter fé acreditar. Ainda há pessoas que queiram nos ajudar

Nome: **Katryne Kelly Brandão Barroso e Dilverson Joakin dos Santos Barroso**
26/12/2021

Data

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Era um quadrado simples de alvenaria de chão batido e telha de barro**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **O telhado era baixo e a localização era perigosa, era muito pequena para 4 pessoas**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro no Tucumanduba, a casa é do projeto, de alvenaria, lajota com algumas melhorias.**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Rachadura na parede em função também da ampliação**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**5 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**4 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Hoje posso dar um quarto para meus filhos eles tem mais privacidade, não podia receber amigos devido a casa ser muito apertada, ganhamos a casa com terreno**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R: **Ampliação, pátio, fazendo a cozinha e quarto**

Mensagem:

As pessoas devem acreditar porque deu certo comigo, quando chegar alguém na sua porta acredite. Pois assim como Deus colocou vocês em nossas vidas para nos ajudar, vocês ainda vão ajudar mais pessoas, ainda tem gente que precisa de moradia melhor.

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Marcicleia Dias**

Data **26/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **De palha e Barro**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Tinha muito alagamento e todo tempo trocando as palhas, assoalho de chão, era só lama**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não, prefiro essa de agora**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro na casa do projeto, é de alvenaria e lajota**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Somente a quentura**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**5 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**8 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Antes vivia de baixo da chuva. Segurança posso sair que ninguém rouba nada. Quando era casa de barro as pessoas roubavam.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R:

Nome: **Antonio Pedro Teixeira da Silva e Ilza Maria Santos dias**

Data **24/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Barro e Palha**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Sim a palha era ruim de 2 em 2 anos tinha que ta mudando. A localização é a mesma**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **No mesmo local e a cas é de alvenaria, lajota, banheiro dentro. A casa de palha era mais fria do que a casa coberta de telha.**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Não tem problema**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (). Quantas pessoas moram na casa (**7 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Ponto positivo, o que se gastava na palha já gasto em outra coisa. Muturi era o local de tirar as palhas, hoje o local ficou com as palhas maiores e está preservado. A vida melhorou bastante. Ponto negativo a casa é mais quente.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R: **uma sala e uma cozinha**

Mensagem:

Quando a casa era de palha não tinha condição de comprar várias coisas para dentro da casa. Hoje temos até poço artesiano em função da melhoria da qualidade de vida.

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Jorge Alexandre de Souza Nascimento**

Data **24/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **De madeira, emprestada**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Sim estava pra cair**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Na casa do governo, alvenaria e bem conservada**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Nenhum**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

(**x**) Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

(**x**) Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

(**x**) Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

(**x**) Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**5 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**5 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Positivo, pois até as doenças não foram mais frequentes.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? (**x**) Sim () Não Qual?

R: **Pátio e um escritório**

Mensagem:

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Marilene Teixeira Silva**

Data **24/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Era uma casa feia de palha com barro e chão**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Caia muita palha e cupim nas paredes**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Nunca**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R:

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Rachamento, Rachadura nas paredes e roda pé mal feito**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**8 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**4 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Positivo**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R: **A cozinha**

Mensagem:

Nome: **Nelma Maria Teixeira Silva**

Data **24/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Barro e de Palha**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Sim**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro no Tucumanduba, a casa é do projeto, de alvenaria, lajota com algumas melhorias.**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Banheiro as portas e janela chove**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**7 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**10 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Positivo**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R: **Cozinha e quarto**

Mensagem:

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Gilvane Felipe da Silva**

Data **25/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **De barro e de palha**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Existia mudança de palha de ano há ano**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **sim**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Tucumanduba, é de alvenaria**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **nenhum**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**8 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**6 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Positivo**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R: **Cozinha e quarto**

Mensagem:

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Maria da Conceição Santos Dias**

Data **25/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: De **palha e barro**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **era de palha e chovia tudo. A casa ta no mesmo local. Era só eu que ia tirar palha não tinha dinheiro nem comida para dar aos ajudantes na época da troca das palhas**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não, não tenho mais**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro na casa do projeto de telha alvenaria e lajota**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **nenhum não tenho**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**9 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**1 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Mudou porque antes eu vivia na chuva, hoje não chove mais na minha casa, não tenho preocupação de tirar palha e fazer outra casa de barro de 2 em 2 anos**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R: **Coloquei um quarto**

Mensagem:

A pessoa ta falando que melhorou porque não vive mais tirando pau, tirando barro, tirando palha...

As pessoas que não acreditam façam o que o lula fez, não tirem as coisas dos pobres e sim deem.

Entrevista com os contemplados com o Projeto - PNHR – MESTRADO

Nome: **Cristiane Dias Teixeira**

Data **25/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Palha e Barro**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Sim, tinha que trocar as palhas de 2 em 2 anos, sempre tinha que tirar palheira, hoje as palheiras estão grandes, nossa casa tinha sala, cozinha, quarto de barro**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **sim só por conta da frialdade.**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro no mesmo local, mais é a casa do projeto, de alvenaria e lajota.**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Não tem, tirando a quentura não tem nenhuma**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (). Quantas pessoas moram na casa (**3 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Minha filha tem um quarto, não precisa mais ta trocando os paus, os esteios, trocar o barro, já posso acomodar minhas netas, porque já tem um espaço, já durmo mais tranquila sabendo que não vai chover em mim e nas minhas filhas. Negativo é a quentura.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

Mensagem: **Passem a acreditar porque eu melhorei de vida. Acreditem se não fosse o lula o Nic não teria essa casa. Somos pobres mais somos humanos, somos gente. Não é porque somos pobres que vamos morrer na lama, somos pobres humildes de caráter. Ajudo quem nos ajuda. Eu vendia Chopp no inicio.**

Nome: **João Luiz Rodrigues Filho e Ana Claudia Dias Souza**

Data **25/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **De barro e Palha**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Era por causa da palha que todo ano tinha que mudar. O barro demorara um tempão bom tempo**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **A quentura era a principal saudade, a casa é forrada e é muito quente**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro no mesmo local só que a casa é de alvenaria, casa do projeto**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Não tenho nenhum problema graças a Deus**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**5 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**5 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **A casa é mais quente do que as casas antigas de barro, os meus filhos dormem confortável, Eu tenho um quarto só pra mim, agente sai, não tem preocupação, agora já quero mandar gradiar**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R:

Mensagem: **A minha vida melhorou, porque não ia comprar material é muito difícil mesmo fazer uma casa.**

Me sinto muito feliz graças a Deus

Nome: **Antônio Carlos Santos Trindade e Nilza Maria da Conceição Dias**

Data **24/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **De tabua e telha brasilit, só um salão**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **O tamanho da família não tinha como abrigar todo mundo. Telha de brasilit é muito quente**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Hoje moro em uma casa de alvenaria, lajotada.**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **A casa ficou pequena porque meus filhos já têm família e moram todos em casa, 4 famílias**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**7 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**14 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Não tem mais o trabalho de ta trocando as coisas a casa abriga os filhos. Hoje é difícil encontrar alguém que lute pela gente.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R: **O Pátio**

Mensagem: As pessoas que não acreditam, venham acreditar, pois só nos que passamos sabemos, eu sou mãe tenho 12 filhos, sei o quanto a casa foi boa.

As pessoas que realmente precisam ter uma moradia digna, tem que agradecer a Deus e as pessoas que nos ajudam, é uma coisa que as pessoas devem acreditar e ter fé. Algumas pessoas tem orgulho da sua casa.

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: ***Maria Celia Santos Dias***

Data **24/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Era de barro e de palha**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Sim, devido ela ser de palha, quando chovia a palha caia**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro em soure no bairro do Tucumanduba, a casa é do projeto, de alvenaria e tabua**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Em relação a minha moradia e que ela chove na cumieira, ela ta rachando**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

(**x**) Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

(**x**) Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

(**x**) Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

(**x**) Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**8 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**5 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **O que melhorou em relação que a casa antiga tinha pouco espaço, negativo é que hoje em dia a casa ta chovendo, o que eu queria é que o acabamento da minha casa fosse de qualidade.**

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Antônio Carlos Dias Correia e Vanessa Lima Correa**

Data **26/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **De barro e palha**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Na estrutura tinha que trocar o barro de 2 em 2 anos, o chão era batido, tinha muita dificuldade e só viviam doentes as crianças em função da poeira.**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Sim por conta da lembrança do começo, mas agora tenho uma melhor então só resta a lembrança**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro no mesmo local, porem hoje com a casa do projeto**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **O forro soltou, e precisa repregar, só isso a casa é ótima.**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**5 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**6 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Positivo, a moradia melhorou 100%. Não tenho queixa negativa do projeto, nossa primeira moradia era precária, e vejo nada negativo agora.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Rosiene Maria Dias Magalhaes**

Data **26/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **De barro e palha**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Localização é a mesma. Quando chegava o inverno tinha que ta trocando todos os anos, agora não, sempre pagava para tirar madeira e palha.**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro no mesmo local, mais a casa é de alvenaria lajotada casa do projeto**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Algumas ripas que estão podres tem que trocar e algumas telhas que quebraram**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

() Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

() Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

() Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

() Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**8 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**5 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Não tem a dificuldade de ta arredando as coisas por conta da chuva, a segurança melhorou, saio e chego e não tem nenhum incidente.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? () Sim () Não Qual?

R:

Mensagem: **Se eu não tivesse esse projeto com a ajuda de vocês, que pediam para não faltar na reunião, nós não tínhamos condição. As vezes as pessoas que não moram aqui não sabem o que passamos. Meu marido depende da venda de carangueijo, se não fosse essa ajuda de vocês eu ainda estaria morando na casa de barro e de palha.**

Entrevista com os contemplados com o Projeto – PNHR – MESTRADO

Nome: **Rodiney de Jesus Lima**

Data **26/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Um chalé de madeira branca**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Sim como falta de agua e a estrutura bem comprometida**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Tenho lembrança mais saudade não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Moro no tucumanduba minha casa é de alvenaria toda forrada toda lajotada**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Nenhum problema minha casa mudou muito, nossa vida melhorou, o conforto a higiene etc.**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

Sim Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

Sim Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

Sim Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

Sim Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**6 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**4 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **Higiene educação e conforto, na minha opinião só ponto positivo**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? Sim Não Qual?

R:

Mensagem:

Entrevista com os contemplados com o Projeto – MCMVR – MESTRADO

Nome: **Jennyfer Vasconcelo Silva e Andre Luiz Costa Alcântara**

Data **26/12/2021**

1 - Como era sua casa antes do Projeto Minha Casa Minha Vida?

R: **Não tinha morava na casa de outras pessoas**

2 – Em relação a sua casa de antes, existia algum tipo de problema, na infraestrutura, localização, etc?

R: **Não Tinha**

3 – Você tem saudade da sua casa antiga?

R: **Não**

4- Onde você mora atualmente e como é sua casa?

R: **Tucumanduba, na casa do projeto, lajotada e de alvenaria**

5 - Quais os problemas que você tem hoje em relação a sua moradia?

R: **Rachadura na parede em função também da ampliação**

Responda Sim ou Não

1 - Você acha que sua Vida Melhorou

(**x**) Sim () Não

2 - Você conhece alguém que não foi contemplado com a casa do programa em soure

(**x**) Sim () Não

3 - Você acha que A casa do Projeto ajudou na melhoria da sua saúde

(**x**) Sim () Não

4 - Você acha que a casa do projeto ajudou de alguma forma na educação dos filhos

(**x**) Sim () Não

5 - Quanto tempo você mora na casa? (**5 anos**). Quantas pessoas moram na casa (**3 pessoas**)

6 – No que diz respeito a qualidade de vida da sua família o que você considera como ponto positivo e/ ou negativo.

R: **positivo em ter a minha casa, tenho onde colocar minhas coisas, hoje posso dizer que é meu, se não tivesse a casa nem sei como estaria, conseguir minha moto, tive muitas coisas boas, faço vendas de cochas de cama, perfume boticário e outros.**

7 – Você fez alguma modificação na sua casa? (**x**) Sim () Não Qual?

R: **Ampliação, sala, Pátio e cozinha**

Mensagem:

Gratidão por ter sido contemplada com a casa adquirir muitas coisas boas depois da casa. Todos conhecem nossa história o que passamos. Graças a ajuda de vocês, não tinha nem teríamos nada. Hoje tenho essa terra linda para morar. Hoje essas pessoas que se escreveram e não conseguiram, aguardem que pode chegar sua vez.